Sumário

Número de notícias: 48 | Número de veículos: 47

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS pode fazer corte em benefícios 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS terá falta de R\$ 652 milhões em 2024 6

O LIBERAL - BELÉM - PA - PANORAMA
SEGURIDADE SOCIAL

Tempo de espera na fila do INSS pode durar mais de cinco meses 7

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
SEGURIDADE SOCIAL

Gestante pode receber auxílio doença? - RECLAMAR ADIANTA 9

G1 - NACIONAL - TRABALHO E CARREIRA
SEGURIDADE SOCIAL

Cotas do PIS/Pasep: prazo para sacar dinheiro esquecido termina sábado; veja quem recebe 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Funpresp alcança R\$ 8 bi em patrimônio 12

A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA
ECONOMIA

Copom reduz juros básicos da economia para 13,25% ao ano 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Lupi defende redução no teto do consignado do INSS 15

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo quer redução no teto do consignado 16

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Veja como fica o consignado do INSS com queda dos juros 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Preocupação com fiscal some de comunicado do Copom 19

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mesmo com corte da Selic, país é líder mundial em juros reais 21

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil é líder em ranking de juros real, apesar da redução da Selic 22

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Redução da Selic faz bancos reduzirem taxas 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Banco privado adota cautela na redução de juro após Selic cair	24
A GAZETA - MACAPÁ - AP - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Após corte de 0,50 ponto na Selic, Banco do Brasil anuncia redução dos juros	26
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - ECONOMIA/POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
PEC da Reforma Tributária chega ao Senado	28
CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL	
Pacheco recebe de Lira a PEC da Reforma Tributária	29
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pacheco promete celeridade na tributária	30
BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - POLÍTICA E ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Senado recebe proposta de reforma tributária e promete votação urgente	31
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
PEC da Reforma Tributária chega ao Senado; relator apresenta parecer em 15 dias	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma Tributária e a responsabilidade do Senado (TENDÊNCIAS/DEBATES) (Artigo)	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Rico empresta a juros ao Estado o dinheiro que não pagou em tributos - ANDRÉ RONCAGLIA	35
O LIBERAL - BELÉM - PA - ANANINDEUA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Isenção federal para compras online entra em vigor	37
JORNAL SUPER NOTÍCIA - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Compras ate US\$ 50 sem imposto	39
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
MP traz inovações no setor de apostas esportivas (Artigo)	40
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Mudanças ajudam agenda econômica, diz Haddad	41
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Regra de fundo exclusivo é anomalia, diz Haddad	42
O POPULAR - GO - POLÍTICA/ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad fala de paraísos fiscais dentro do Brasil	43
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Taxação de fundos será enviada ao Congresso junto com Orçamento	44

Sexta-Feira, 4 de Agosto de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Auditorias calculam custos de clientes com reforma tributária 46

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara tem dever de restaurar texto da regra fiscal 48

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira define agenda da Câmara, mas deixa regra fiscal de fora 49

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira anuncia FCDF fora do arcabouço 50

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira afirma que não há data definida para votar o arcabouço 52

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira: arcabouço não está maduro 53

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Queda da taxa Selic reduz juros de financiamentos, cheque especial e cartão de crédito
..... 54

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Após baixa na Selic, Bolsa cai e dólar avança 56

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar comercial tem valorização de 1,96%, a R\$ 4,89 58

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado em ritmo de cautela após Copom 59

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Qual o melhor investimento com a queda de juros 61

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Selic em queda mantém fundo imobiliário atrativo 63

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
ECONOMIA

Zanin toma posse como ministro do STF 65

O LIBERAL - BELÉM - PA - PANORAMA
SEGURIDADE SOCIAL

Juiz do trabalho lança livro sobre os direitos da mulher 66

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
SEGURIDADE SOCIAL

Lula pressiona por regulamentação para entregadores 67

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Desemprego e trabalho precarizado - CELSO MING 69

Sexta-Feira, 4 de Agosto de 2023

O LIBERAL - BELÉM - PA - ANANINDEUA
SERVIDOR PÚBLICO

Mais de 10 mil vagas para concursos públicos em 2023 70

MEIO NORTE - TERESINA - PI - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A Inteligência Artificial e seu impacto na contabilidade (Artigo)72

INSS pode fazer corte em benefícios

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pode revisar e cortar benefícios por incapacidade e assistenciais mesmo após o prazo de dez anos da concessão. O entendimento está em resolução do Conselho de Recursos da **Previdência Social** (CRPS) publicada no Diário Oficial da União desta quarta, que uniformiza a regras para quem recorre ao conselho.

De acordo com o documento, o **INSS** poderá revisar e cancelar o pagamento de aposentadoria por invalidez, hoje chamada de aposentadoria por incapacidade permanente, auxílio-doença, que é o auxílio por incapacidade temporária, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) após o prazo decadencial por se tratar de benefícios que estão sujeitos à revisão periódica prevista na lei.

Há, no entanto, exceções nas quais o instituto não pode fazer o corte da renda. Segundo a advogada Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), o **INSS** já vinha aplicando esse entendimento nos processos administrativos. "O que a resolução fez foi ajustar o enunciado aos posicionamentos administrativo e judicial", diz.

O advogado Rômulo Saraiva, especialista em Previdência, reforça que, com a resolução, o conselho aplica entendimento já consolidado administrativamente por se tratar de benefícios nos quais o cidadão pode ter alta médica, mesmo depois de muitos anos, como na aposentadoria por invalidez e no auxílio-doença.

"Neste caso, o motivo de garantir o corte após dez anos é porque esse tipo de benefício pode mudara qualquer momento. Hoje, com o avanço da medicina, a pessoa que tem esse benefício pode ficar boa, e o benefício perde a razão de ser", diz. O documento publicado no Diário Oficial também determina que, nos casos em que houve má-fé na concessão, ou seja, em que pode haver irregularidades na liberação da renda previdenciária, o corte pode ser feito a qualquer momento.

A resolução também diz que não poderá haver corte caso o cidadão não tenha mais a documentação que apresentou na data da concessão, há mais de dez anos, a não ser nos casos em que forem provadas fraude ou má-fé.

Como é hoje Por lei, o prazo para a revisão de benefícios do **INSS** é de até dez anos da data da

concessão. Esse limite começa a contar um mês após o primeiro pagamento do benefício. Benefícios por incapacidade podem ser cortados antes, ao passarem por perícia de revisão, prevista em lei. O mesmo vale para o BPC.

A regra vale tanto para o instituto quanto para o segurado. A exceção está prevista na lei 8.213, de 1991 que proíbe o corte da aposentadoria por invalidez quando o beneficiário completa 55 anos de idade e recebe o benefício há mais de 15 anos da data de concessão da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que veio antes.

Há ainda outra norma que proíbe o corte imediato do benefício por incapacidade. O artigo 47 da lei 8.213 determina que quem recebe aposentadoria por invalidez por mais de cinco anos e é considerado apto para voltar ao trabalho após perícia não pode ter os valores cortados imediatamente. Neste caso, o segurado vai receber o valor integral da aposentadoria durante seis meses após o corte, metade do valor do benefício nos seis meses seguintes e 25% do benefício por mais seis meses (Da Folhapress").

SAIBAMAI

» Ao ser convocado pelo **INSS** para uma revisão, o segurado deve atender às solicitações do instituto o quanto antes, apresentando os documentos, caso seja preciso. Nos casos dos benefícios por incapacidade, é necessário agendar uma perícia médica.

» Não falte no dia da perícia. Leve laudos médicos e exames atualizados que mostrem que a incapacidade para o trabalho ainda persiste. Quem teve concessão judicial deve levar também ao perito do **INSS** uma cópia do processo. É preciso ainda comprovar que o segurado não consegue mais retornar ao mercado de trabalho, se esse for o caso.

INSS terá falta de R\$ 652 milhões em 2024

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) estima que o valor recebido para as despesas discricionárias em 2024 - aquelas não obrigatórias, mas que incluem manutenção das agências, por exemplo - é insuficiente em R\$ 652 milhões para fazer frente às necessidades do órgão. A informação foi apresentada nessa quinta-feira (3) durante reunião do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS).

O Ministério do Planejamento e Orçamento informou ao **INSS** que o valor que a autarquia terá para despesas discricionárias em 2024 será de R\$ 1,788 bilhão - montante menor, inclusive, que a dotação deste ano, que está em R\$ 1,9 bilhão. O **INSS** calcula que precisa de R\$ 2,440 bilhões no ano que vem.

Segundo o presidente do **INSS**, Alessandra Stefanutto, o valor oferecido prejudicará o funcionamento do órgão a partir do segundo semestre de 2024. Por isso, será necessário pedir uma suplementação ao longo do ano que vem.

O **INSS** estima que faltam R\$ 413 milhões para manutenção e funcionamento das agências, R\$ 202 milhões para processamento de dados (o que inclui contrato com a Dataprev para processar folha de pagamento) e R\$ 36 milhões para o serviço de teleatendimento ao consumidor, entre outras despesas menores.

O funcionamento das agências, que inclui contratos de vigilância, limpeza e apoio administrativo, pode ficar prejudicado após setembro. Para a central de atendimento, faltariam recursos após outubro. Já o cenário mais urgente é o do contrato para processamento dos dados, que faltaria recursos após junho. "Algumas despesas nossas são discricionárias, mas são como se fossem obrigatórias. Como vamos parar o [serviço de teleatendimento pelo número] 135?", questionou Stefanutto.

Ele citou que, apesar de o governo costumar atender ao menos parcialmente os pedidos de suplementação, há um prejuízo à gestão do órgão iniciar o ano com um orçamento aquém do necessário. "[O orçamento menor] acaba fazendo com que a administração do **INSS** gaste muita energia tendo que fazer remanejamentos de empenho para que a gente possa chegar até agosto e setembro. É um desgaste e um risco para as pessoas que estão operando o orçamento", explicou Stefanutto.

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi,

afirmou que será feito um alerta desde já à pasta do Planejamento sobre a necessidade de suplementação do orçamento do **INSS** para 2024. Também haverá um pedido para que o **INSS** consiga utilizar investimento e custeio os recursos financeiros gerados com os contratos com os bancos que operam a folha de pagamento, uma receita da ordem de R\$ 6 bilhões, que acaba não sendo utilizada, por ser financeira e não primária.

Já no caso das despesas obrigatórias da Previdência, a proposta orçamentária vai prever um gasto de R\$ 895,7 bilhões em 2024, valor 7,24% superior ao deste ano. É o recurso necessário para pagar os aposentados, pensionistas e demais beneficiários do **INSS**. O número foi aprovado pelo CNPS nessa quinta. Os benefícios previdenciários são despesas obrigatórias e, por isso, têm que ser pagos pelo governo, não importa o valor. (JS)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187622?page=1§ion=1>

Tempo de espera na fila do INSS pode durar mais de cinco meses

O tempo médio de espera pela análise administrativa de benefícios do **INSS** como aposentadorias, pensões e auxílios pode ultrapassar cinco meses no Brasil. É o que mostram dados do Instituto Nacional de Seguro Social obtidos com exclusividade pela GloboNews por meio da Lei de Acesso à Informação. Os benefícios com maior tempo de espera atualmente são o auxílio-acidente, com 171 dias, a pensão por morte em acidente de trabalho, com 169 dias, e o auxílio-reclusão, com 166 dias.

Para reduzir o tempo de espera para até 45 dias, como estabelece decisão do Supremo Tribunal Federal, o Ministério da Previdência criou o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, que prevê o pagamento de bônus para servidores e peritos que fizerem análises e atendimentos extras. Antes, o pagamento por horas extras de trabalho não era permitido para essas categorias.

Entretanto, a adesão ao programa é voluntária e, segundo os servidores do **INSS**, deve ser baixa. Médicos peritos e servidores que fazem análise de documentações não concordam com os critérios estabelecidos pela portaria que regulamenta as condições para o recebimento desse bônus.

A portaria estabelece, por exemplo, que servidores que trabalham em regime 100% home office que quiserem aderir ao programa, primeiro devem cumprir uma meta 30% maior que a atual. Só a partir disso eles passam a receber R\$ 68 por análises extras.

Se um servidor faz cerca de 90 análises de documentação por mês, agora ele passa a ter que fazer 117 análises por mês para, só a partir da 118ª, receber o bônus, por exemplo.

Uma servidora que não quis se identificar afirma que vai aderir ao programa, mas que acredita que seja difícil que ela consiga bater a nova meta.

Caso o servidor atinja a nova meta, os R\$ 68 de bônus serão pagos por pontuação extra. Uma análise, muitas vezes, não vale 1 ponto. A análise de um auxílio-acidente, por exemplo, vale 0,33 ponto para o servidor.

Nesse caso, seria preciso fazer três análises de auxílio-acidente para atingir esse 1 ponto e ganhar os R\$ 68 de bônus.

A reportagem da Globo- News conversou com servidores de estados de três regiões do Brasil que afirmaram que não vão aderir ao novo programa. "Um adicional de 30% como condição para que os servidores tenham acesso a receber o bônus é trabalho não remunerado", afirma um dos servidores. Outro servidor afirma que o real problema é a falta de servidores - são menos de 20 mil que realizam análises administrativas atualmente. "Eram 39 mil em 2015, não vai ser nenhum programa que vai resolver a situação", diz.

A Medida Provisória que estabelece esse novo programa foi criada para tentar mitigar os efeitos da falta de servidores no **INSS**.

Atualmente são 2,9 mil peritos em atividade no Brasil, número insuficiente - segundo o próprio Ministério da Previdência - para dar conta da demanda do país.

A Associação Nacional dos Peritos Médicos (ANMP) também está descontente com a portaria, que prevê pagamento de R\$ 75 por perícias extras. Atualmente, a meta dos peritos é de 12 atendimentos por dia.

Segundo a ANMP, esse número foi uma conquista de anos de luta para conseguir atender a população com qualidade.

A portaria estabelece, para os peritos médicos, um "pedágio" de dois pontos acima da meta atual para, somente a partir disso, receberem o bônus por perícia extra.

"Em verdade, será extremamente difícil que o Perito Médico Federal consiga receber algum bônus, em razão das inúmeras barreiras que o Governo incluiu no programa", diz a nota da ANMP.

MINISTÉRIO

Em nota, o Ministério afirma que não possui um balanço da adesão de servidores ao programa até o momento e reforça que a participação é facultativa.

De acordo com dados do Portal da Transparência do Ministério da Previdência, em junho, cerca de 600 mil brasileiros aguardavam perícia.

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-c4c9f04bae5942afbca7bce668accf75.pdf

Gestante pode receber auxílio doença? - RECLAMAR ADIANTA

ÁTILA A. NUNES

Segundo advogada Mariângela Albuquerque, a gestante tem o direito de ter o benefício por incapacidade antes do parto se o diagnóstico no curso da gestação causar incapacidade para as atividades habituais. "Nesse caso a gestante é submetida à perícia médica administrativa no **INSS** para constatar a incapacidade. É importante não confundir esse afastamento por incapacidade com o afastamento da gestante para fins de licença maternidade que poderá ser requerido a partir de 28 dias antes do parto" explica a especialista em Direito Previdenciário.

No caso da nossa leitora, que está aguardando o retorno do **INSS**, a orientação é que sejam feitas reclamações junto à ouvidoria do **INSS**, de forma 011-line ou através do recurso judicial do mandado de segurança para que o **INSS** analise o seu requerimento com a urgência necessária.

Caso as reclamações não surtam efeito, a segurada poderá ingressar na via judicial com o pedido de benefício por incapacidade, sendo submetida a uma nova perícia judicial para verificação da incapacidade para o trabalho.

Recentemente foi criado o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**. A iniciativa busca reduzir o estoque de pedidos em atraso no **INSS**. Atualmente, há quase 1,8 milhão de solicitações em análise, salienta o advogado Átila Nunes do serviço www.reclamaradianta.com.br.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/11394/04-08-2023.html>

Cotas do PIS/Pasep: prazo para sacar dinheiro esquecido termina sábado; veja quem recebe

Por g1

Termina neste sábado (5) o prazo para 10,5 milhões de trabalhadores sacarem R\$ 25 bilhões considerados esquecidos em cotas do PIS/Pasep de 1971 a 1988.

Segundo a Caixa Econômica Federal, apenas R\$ 745 milhões do total foram resgatados até 30 de junho, totalizando 513 mil pagamentos feitos pelo banco.

Se o saque não for realizado no período, o dinheiro irá para Tesouro Nacional. A transferência ao Tesouro deve ser feita até o dia 20 de agosto. Há, no entanto, prazo de até 5 anos para requerer o valor de volta. Os procedimentos para a solicitação do ressarcimento ainda não foram divulgados.

A cota é diferente do abono salarial do PIS/Pasep, pago mensalmente aos trabalhadores que se enquadram nas regras. O valor médio das cotas é de R\$ 2,3 mil, mas o saldo individual de cada um vai depender de quanto tempo a pessoa trabalhou no período e qual era o salário naquele momento.

O saque das cotas pode ser feito totalmente online, pelo aplicativo do FGTS, sem que seja necessário ir até uma agência da Caixa. A consulta para saber se tem direito também é feita no app. Herdeiros poderão sacar os valores, mas terão de apresentar documentos que provem o direito de receber a cota (veja detalhes abaixo).

Quem pode sacar

O saque está disponível para quem trabalhou com carteira assinada entre 1971 e 1988. O trabalhador pode ter atuado na iniciativa privada ou como servidor público e não ter sacado as cotas do PIS/Pasep.

Em caso de o contribuinte ter falecido, ainda é possível retirar o valor. Um herdeiro ou beneficiário conseguirá resgatar a verba com a documentação necessária.

Os trabalhadores formais podem consultar e solicitar o saque de valores relativos ao PIS por meio do aplicativo do FGTS, da Caixa Econômica Federal, ou

se dirigir até uma agência do banco.

Os **servidores públicos** têm direito ao PASEP e devem consultar o saldo e sacar junto ao Banco do Brasil (BB).

Como sei se tenho direito a essas cotas?

Consulte o aplicativo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o site FGTS ou o internet banking Caixa.

O trabalhador pode também consultar o saldo nas agências da Caixa - para isso, basta apresentar documento de identificação com foto.

Que valor de cotas do PIS-PASEP o trabalhador recebe

O valor não é de um salário mínimo. As cotas que se referem ao saldo residual de valores creditados.

Como solicitar no aplicativo

Para solicitar o saque por meio do aplicativo do FGTS, os trabalhadores devem selecionar a mensagem "Você possui saque disponível", e depois "Solicitar o saque do PIS/Pasep" e escolher a forma de saque: crédito em conta ou presencial.

De acordo com a Caixa, o saque pode ser creditado em conta bancária de qualquer instituição financeira indicada pelo trabalhador, sem custos.

Caso escolha receber os recursos em espécie, o saque pode ser feito com o "cartão cidadão" até o valor de R\$ 3 mil em unidades lotéricas, ou terminais de autoatendimento da Caixa.

Quais documentos devo apresentar?

Se for na agência, é preciso levar um documento oficial com foto, como:

Carteira de Identidade
Carteira de Habilitação (modelo novo)
Carteira Funcional reconhecida por Decreto
Identidade Militar
Carteira de Identidade de

EstrangeirosPassaporte emitido no Brasil ou no exteriorSe o trabalhador possui conta individual na Caixa, com saldo positivo e movimentação nos últimos meses, o valor é depositado na conta.

No caso dos herdeiros, o que fazer para sacar o PIS/PASEP?

Apresentar identificação do próprio interessado, carteira de trabalho do titular e certidão de óbito;É preciso também apresentar o número de inscrição do PIS/ PASEP e do NIS do falecido (a). Caso não tenha, os dados podem ser conseguidos junto à empresa que a pessoa trabalhava;Além disso, é preciso levar declaração de dependentes habilitados pelo **INSS**, na qual conste o nome completo do dependente, data de nascimento e grau de parentesco ou relação de dependência com o participante falecido, que também pode ser pedida por meio o portal "Meu **INSS**" junto com o pedido de pensão por morte;

Outras situações possíveis, são:

Apresentar certidão de óbito e certidão ou declaração de dependentes (beneficiários) habilitados à pensão por morte emitida pela entidade empregadora, para os casos de **servidores públicos**, na qual conste o nome completo do dependente, data de nascimento e grau de parentesco ou relação de dependência com o participante falecido; ouAlvará judicial designando os beneficiários do saque, caso o alvará não faça menção ao falecimento do participante deve ser apresentado a certidão de óbito ou;Escritura pública de inventário, podendo ser apresentado formal de partilha dos autos de processo judicial de inventário/ arrolamento ou escritura pública de partilha extrajudicial lavrada pelo tabelião do cartório de notas; ouSe nenhum dependente tiver direito a pensão por morte, é preciso apresentar autorização de saque subscrita por todos os sucessores, declarando não haver outros dependentes ou sucessores conhecidos, e certidão de óbito e original e cópia de documento de identificação oficial de cada um dos dependentes ou sucessores.

Quem tem direito ao saque da cota do PIS/PASEP do trabalhador que morreu?

Normalmente quem saca esses benefícios é o viúvo ou a viúva. Os filhos com menos de 21 anos, de outros casamentos e/ou relacionamentos, também têm direito e a divisão deverá ser igualitária.

Caso a Caixa Econômica Federal negue os saques, é preciso entrar com ação judicial.

Quem tiver dúvidas pode entrar em contato pelo telefone 4004-0104 (para capitais e regiões metropolitanas) ou pelo 0800 104 0104 (para demais

regiões).

LEIA TAMBÉM

Abono salarial PIS/Pasep: está com dificuldade para consultar? Veja os motivos e como resolverQuase 400 mil ainda não sacaram o abono salarial ano-base 2020; veja como resgatar o dinheiro esquecido neste anoAbono salarial, CadÚnico, seguro-desemprego: veja o que muda com o salário mínimo de R\$ 1.302

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/08/04/cotas-do-pispasep-prazo-para-sacar-dinheiro-esquecido-termina-sabado-veja-quem-recebe.ghtml>

Funpresp alcança R\$ 8 bi em patrimônio

Edna Simão De Brasília

A medida exigiria alteração de lei ou um decreto.

Em quatro meses, a Fundação de **Previdência Complementar** do Serviço Público (Funpresp) ampliou em cerca de R\$ 1 bilhão o seu patrimônio, atingindo ontem a marca de R\$ 8 bilhões. Segundo o diretor-presidente do fundo, Cristiano Heckert, o desempenho é resultado da diversificação de carteira, que se beneficiou do elevado patamar da taxa básica de juros (Selic) e das contribuições dos 105 mil servidores.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187622>

Para manter o crescimento do patrimônio, mesmo com a tendência de queda das taxas de juros, a aposta será adotar uma estratégia agressiva para aumentar o número de participantes diante da onda de concursos prometida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, autorizou recentemente a abertura de 8.360 vagas neste ano, e para que esses servidores façam adesão ao fundo é necessário todo um trabalho de convencimento. Na avaliação de Heckert, esse contingente de servidores deve ter um reflexo para a Funpresp em 2024.

Além de aproveitar a onda dos concursos públicos, a diversificação da carteira continua. Em julho, a Funpresp comprou R\$ 27 milhões em títulos americanos e R\$ 7 milhões em ouro. A medida está em linha com o plano de investimentos do fundo, que visa elevar a participação em ativos no exterior de 1,9% em 2022 para 4,2%, no período de 2023 a 2027. Outra prioridade é ter 1,3% aplicado em ouro até 2027. Essa mudança na carteira será possível com a redução de participação em ativos como títulos públicos.

O diretor de investimentos da Funpresp, Gilberto Stanzione, disse ainda que, em setembro, será feita uma licitação para credenciar dois fundos para compra de cotas em fundos imobiliários. O plano de investimentos de 2023 a 2027 prevê que os investimentos em fundos imobiliários representem 3% da carteira até o fim deste ano e 3,4% até 2027.

A Funpresp ainda negocia com o governo a possibilidade de ofertar serviços para Estados e municípios. Pela reforma da Previdência, promulgada em 2019, Estados e municípios com regime próprio de previdência são obrigados a ter **previdência complementar** para os seus servidores. A ideia é autorizar que o fundo dos **servidores públicos** também ofereça esse serviço, o que hoje é impedido.

Copom reduz juros básicos da economia para 13,25% ao ano

A forte queda da **inflação** fez o Banco Central (BC) cortar os juros pela primeira vez em três anos. Por 5 votos a 4, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,5 ponto percentual, para 13,25% ao ano.

A decisão surpreendeu o mercado financeiro, que esperava um corte de 0,25 ponto.

Votaram por uma redução de 0,5 ponto percentual o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e os diretores Ailton de Aquino Santos (Fiscalização), Carolina de Assis Barros (Administração), Gabriel Galípolo (Política Monetária) e Otávio Damaso (Regulação). Votaram pelo corte de 0,25 ponto percentual os diretores Diogo Guillen (Política Econômica), Fernanda Guardado (Assuntos Internacionais), Maurício Costa de Moura (Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta) e Renato Dias Gomes (Organização do Sistema Financeiro).

A última vez em que o BC tinha reduzido a Selic foi em agosto de 2020, quando a taxa caiu de 2,25% para 2% ao ano.

Depois disso, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis, e, a partir de agosto do ano passado, manteve a taxa em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo.

A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Inflação

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a **inflação** oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em junho, o indicador ficou negativo em 0,08% e acumula 3,16% em 12 meses. Nos últimos dois

meses, a **inflação** vem caindo por causa dos alimentos e dos combustíveis.

O índice fechou o ano passado acima do teto da meta de **inflação**.

Para 2023, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de **inflação** de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual.

O IPCA, portanto, não podia superar 4,75% nem ficar abaixo de 1,75% neste ano.

No Relatório de **Inflação** divulgado no fim de junho pelo Banco Central, a autoridade monetária estimava que o IPCA fecharia 2023 em 5% no cenário base. A projeção, no entanto, pode ser revista para baixo na nova versão do relatório, que será divulgada no fim de setembro.

As previsões do mercado estão mais otimistas que as oficiais.

De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a **inflação** oficial deverá fechar o ano em 4,84%.

Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 4,98%.

Crédito mais caro A redução da taxa Selic ajuda a estimular a economia. Isso porque juros mais baixos barateiam o crédito e incentivam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas mais baixas dificultam o controle da **inflação**.

No último Relatório de **Inflação**, o Banco Central projetava crescimento de 2% para a economia em 2023.

O mercado projeta crescimento maior, principalmente após a divulgação de que o Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas) cresceu 1,9% no primeiro trimestre.

Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 2,24% do **PIB** em 2023.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de

títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia.

Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da **inflação**.

Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/edicao-digital/917/a-gazeta-04-08-2023-em-pdf>

Lupi defende redução no teto do consignado do INSS

ELIANE OLIVEIRA E POLLYANNA BRETÃS

Com o início de uma esperada trajetória de queda da taxa básica de juros, a partir da redução da Selic para 13,25% ao ano na quarta-feira, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, deverá insistir em uma bandeira levantada por ele no início do governo: a diminuição do teto dos juros cobrados nos empréstimos consignados do **INSS**, atualmente em 1,97%.

Ao GLOBO, Lupi explicou que essa questão será discutida, em breve, pelo Conselho Nacional de **Previdência Social**. Em março deste ano, o órgão reduziu o teto de 2,14% para 1,7%, como queria o ministro. Porém, os bancos suspenderam empréstimos, o Palácio do Planalto reclamou, e a taxa subiu para 1,97%. Na época, Lupi disse que era o limite de juros "possível". -Essa questão das taxas de juros será discutida dentro do Conselho, proximamente. Vamos aguardar um pouco o comportamento do mercado. Mas fico feliz de, finalmente, ver o Banco Central diminuir os juros e mostrar que deverá dar uma sequência nas diminuições da taxa. Acho que essa questão do consignado continua muito grave - afirmou Lupi ontem.

EFEITO AINDA É PEQUENO

O ministro ainda reforçou: - Precisamos reduzir essas taxas. Nossa meta é baixar o teto, porque ali é criado um paradigma para outros setores.

Paralelamente, os bancos públicos já anunciaram a redução nos juros do consignado do **INSS**, com desconto em folha.

Na Caixa, a taxa vai passar de 1,74% para 1,70% ao mês.

No Banco do Brasil, os juros vão passar de 1,81% para 1,77% ao mês, na faixa mínima, e de 1,95% para 1,89% ao mês, na máxima. As novas taxas estão disponíveis a partir de hoje, para créditos consignado, automático, salário, benefício, renovação e 132 salário. Para Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor executivo de estudos e pesquisas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), embora inicialmente essa redução pareça tímida, ela representa o início de um movimento de queda nos

juros praticados pelos bancos.

-A queda, começando pelos bancos públicos, vem dentro da linha que se esperava. O efeito é muito pequeno. Estamos falando de meio ponto em uma taxa anual. Com isso, pouco efeito tem, são alguns reais de economia entre o quanto era pago antes e o quanto é agora. A continuidade da redução da Selic poderá tornar a queda importante -afirmou Oliveira.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo quer redução no teto do consignado

Jessica Sant'Ana De Brasília

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, quer aproveitar a redução da Selic e a sinalização dada pelo Copom do Banco Central para voltar a discutir o teto dos juros cobrados nos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do **INSS**. Atualmente, o teto é de 1,97% ao mês para os empréstimos feitos com desconto em folha. O ministro defende uma redução dessa taxa. No início do ano, o governo chegou a estabelecer um teto de 1,70%, mas teve que voltar atrás a pedido dos bancos.

Lupi afirmou na quinta-feira que quer voltar a estudar o tema, diante do fato de o Copom ter reduzido a taxa Selic em 0,5 ponto percentual e ter sinalizado cortes na mesma magnitude para as próximas reuniões.

"Nós vamos estudar isso [possibilidade de redução do teto dos juros cobrados do consignado do **INSS**]. Minha proposta era 1,70%, fui chamado de ignorante, surreal, despreparado, que não sabia nada, hoje já está sendo cobrado por alguns bancos esse valor", afirmou o ministro ao Valor.

Ele se referiu aos bancos públicos. A Caixa, que já estava cobrando 1,74% ao mês antes da queda da Selic, anunciou que a partir de quinta-feira passou a cobrar 1,70% ao mês. Já as taxas do consignado do **INSS** no Banco do Brasil foram ajustadas de 1,81% para 1,77% ao mês, na faixa mínima, e de 1,95% para 1,89% ao mês, no patamar máximo.

Lupi ressaltou que uma nova redução do teto dos juros ainda precisa ser estudada, mas que isso será feito nas próximas semanas pelo ministério e que ele pretende trazer o tema ainda neste mês ao Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), responsável por fixar a alíquota do teto que precisa ser seguida pelos bancos.

No início do governo, o teto de juros era de 2,14% ao mês para os empréstimos com desconto em folha. Caiu para 1,70%, mas a redução foi suspensa, diante da alegação dos bancos de que era uma alíquota impraticável. No fim de março, foi fixada em 1,97%. Os bancos têm liberdade para praticar percentuais menores, se quiserem.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187622>

Veja como fica o consignado do INSS com queda dos juros

Pollyana Brêtas

Após os diretores do Comitê de Política Monetária (Co-pom) do Banco Central decidirem, na quarta-feira, baixar a taxa básica de juros (Selic) de 13,75% para 13,25% ao ano, bancos públicos também promoveram cortes nas linhas de crédito para os clientes que contratam o empréstimo consignado do **INSS**, com desconto em folha. Na Caixa Econômica Federal, por exemplo, a taxa vai passar de 1,74% para 1,70% ao mês, uma redução de 0,04 ponto percentual.

Para mostrar qual será o impacto do corte para o tomador de crédito, o EXTRA faz simulações comparando o que era praticado antes pelo Banco do Brasil e pela Caixa com os juros novos, em empréstimos de R\$ 5 mil, R\$ 10 mil e R\$ 15 mil, e o parcelamento em 12 meses. De acordo com os dados, o efeito ainda é limitado e, em alguns casos, a economia no total do pagamento do empréstimo será de apenas R\$ 20,88, no caso do crédito de R\$ 5 mil no BB (veja ao lado).

Para Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor executivo de estudos e pesquisas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), embora a economia pareça tímida inicialmente, esse é o início de um movimento de quedas nas taxas praticadas pelos bancos.

- A queda, começando pelos bancos públicos, vem dentro da linha que se esperava. O efeito é muito pequeno. Estamos falando de meio ponto numa taxa anual. Com isso, são apenas alguns reais de economia comparando quanto era pago antes e quanto é agora. Mas a continuidade da redução da Selic nas próximas reuniões (do Copom) poderá tornar a queda importante - explica Miguel.

Ainda segundo especialistas, uma opção para o consumidor é comparar as taxas de juros nas diversas instituições financeiras e, se conseguir condições mais favoráveis, pedir a portabilidade da dívida para outro banco.

ESPECIALISTAS

Reduções nos próximos meses devem produzir efeito maior no bolso

O Banco do Brasil anunciou que novas taxas estarão disponíveis, a partir de hoje, para créditos consignados, automático, salário, benefício, renovação e 13Q salário. No consignado do **INSS**, haverá redução de 1,81% para 1,77% ao mês, na faixa mínima, e de 1,95% para 1,89% ao mês no patamar máximo.

A Caixa anunciou que, para os empréstimos contratados a partir de ontem, vale a redução nos juros do consignado para aposentados e pensionistas do **INSS**.

*

CONFIRA AS MUDANÇAS JÁ ANUNCIADAS

ITAÚ

Informou que, após o corte da taxa básica de juros, vai repassar a redução para sua linha de crédito pessoal. A mudança é válida para a taxa máxima de empréstimo no caso de cliente pessoa física que contratar o serviço a partir de hoje. Segundo o banco, as taxas variam de acordo com o perfil do cliente e de seu relacionamento com o banco. No caso do empréstimo pessoal, o site do Itaú apresenta taxas entre 1,25% e 9,23% ao mês.

C6

Reduziu as taxas para parcelamento de fatura de cartão de crédito. Já está em vigor nova taxa mínima a partir de 3% ao mês - antes, era de 5,99%. Segundo o banco, até o fim do mês, haverá nova redução para parcelamento de fatura de cartão de crédito, a partir de 1,99% ao mês. Também haverá extensão do prazo de pagamento de faturas de cartão para até 72 meses.

BANCO DO BRASIL

A Instituição, que já havia anunciado queda nas taxas do consignado, informou que, no crédito para a pessoa jurídica, haverá reduções no desconto de títulos, capital de giro, conta garantida e outros produtos. Os valores variam de acordo com o relacionamento com os clientes, e as consultas podem ser feitas a partir de hoje pelos canais de atendimento.

*

Instituições privadas acompanham

A primeira redução na taxa básica de juros desde agosto de 2020 promoveu um efeito cascata, e bancos passaram a anunciar cortes nas suas próprias taxas. Depois que Caixa e Banco do Brasil anunciaram novos percentuais para o crédito consignado do **INSS**, com desconto em folha, instituições financeiras privadas informaram que estão revisando suas taxas em diversas modalidades, desde os juros cobrados no cartão de crédito ao empréstimo pessoal e às linhas de crédito voltadas para pessoas jurídicas.

Segundo estimativa da Anefac, haverá pequena queda nas principais modalidades de crédito usadas pelo consumidor brasileiro. No cartão de crédito ocorrerá redução de 2,2%, indo de 427,3% para 425,1%. No cheque especial os juros ficarão em 155,8%; no empréstimo pessoal em financeiras, em 132,1%; os juros do comércio, em 91,6%; o empréstimo pessoal em bancos, em 61,8%; e o crédito direto ao consumidor, em 28,5%.

De forma prática, com a antiga taxa de juros, uma pessoa que entrasse no cheque especial em R\$ 1 mil por 30 dias iria pagar R\$ 130,70 e com a redução vai pagar R\$ 129,80 na operação. Para quem comprar uma geladeira de R\$ 2 mil e dividir o valor em 12 vezes, pagará parcelas de R\$ 402,76- antes elas seriam de R\$ 404,91.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Preocupação com fiscal some de comunicado do Copom

Nathalia Garcia

Após mais de três anos demonstrando preocupação com o cenário fiscal, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central deixou de elencar o tema como fator de risco para alta da **inflação** em seu **comunicado** divulgado na quarta-feira (2).

O ato, que pode ser visto como um aceno ao governo Lula (PT), não passou despercebido pelos analistas em meio ao risco de deterioração das contas públicas à frente.

Ao anunciar o primeiro corte de juros do ciclo, com a redução da taxa básica (Selic) a 13,25% ao ano, o colegiado do BC excluiu de seu balanço de riscos a menção a "alguma incerteza residual sobre o desenho final do arcabouço fiscal a ser aprovado pelo Congresso Nacional".

A citação constava no **comunicado** divulgado na reunião anterior, em junho, e foi alvo de críticas do ministro Fernando Haddad (Fazenda) por não reconhecer o trabalho feito pela área econômica para reequilibrar as contas públicas.

Horas depois daquela decisão do Copom, o Senado aprovou o texto do marco fiscal com modificações e o projeto retomou à Câmara para nova apreciação. O desenho definitivo da nova regra continua em aberto. Divergências quanto às mudanças feitas pelos senadores têm adiado a retomada da discussão entre os deputados, que terão a palavra final sobre o arcabouço.

Maurício Oreg, superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander, vê a discussão em tomo do arcabouço como superada. "Foram só algumas mudanças pontuais no Senado. A expectativa ampla é de uma aprovação na Câmara."

"O BC achou por bem já nesse momento retirar essa questão da discussão fiscal e também a questão de desancoragem [distanciamento das expectativas em relação às metas], que está um pouco relacionada à questão fiscal. O BC já não vê mais risco desse lado."

Essa foi a primeira vez que o Copom não fez qualquer menção à situação fiscal no balanço de riscos para a **inflação** desde março de 2020, embora o presidente

do BC, Roberto Campos Neto, diga que política fiscal não é um "trabalho" da autoridade monetária. Segundo ele, esse é um elemento que contribui para a decisão sobre os juros.

Desde outubro de 2021, o BC joga luz sobre questionamentos relacionados ao teto de gastos (regra ainda em vigor que limita o crescimento das despesas à **inflação** do ano anterior) e, posteriormente, à transição ao novo arcabouço fiscal.

Para o ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt, economista da ASA Investments, ainda que o novo arcabouço não esteja aprovado, as discussões residuais não mudam significativamente a trajetória fiscal, o que dá conforto ao BC para excluir esse tema de seu balanço de riscos.

"Mas seria muito estranho que o BC não estivesse de alguma maneira monitorando o nosso nível de déficit em relação ao prometido pelo governo nas metas e a piora que houve na margem nessa percepção", diz. Ele pondera que "não faz sentido" a autoridade monetária ignorar o risco fiscal projetado à frente e que "seria salutar que a ata mencionasse esse ponto de atenção".

Segundo o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 3o bimestre, divulgado em julho, o déficit fiscal estimado pela equipe econômica chegou a R\$ 145,4 bilhões, equivalente a 1,4% do **PIB** -elevação de R\$ 9,2 bilhões em relação à estimativa de maio, que indicava déficit de R\$ 136,2 bilhões.

O governo, entretanto, se comprometeu a chegar a déficit de 1% do **PIB** neste ano e zerar o rombo nas contas públicas em 2024, o que depende do avanço de recomposição de receitas e corte de gastos.

O cardápio de medidas em elaboração pelo Ministério da Fazenda para fechar as contas do Orçamento de 2024 deve ter como um dos principais focos a tributação de ganhos financeiros, além de propostas já conhecidas, como a mudança nas regras de julgamentos do **Carf** (**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**).

Nelson Marconi, coordenador do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e professor da instituição, considera que a

questão fiscal não será solucionada tão rapidamente e voltará a ser discutida em breve. Ele argumenta que, apesar de o governo dizer que precisa aumentar a arrecadação, na prática continua concedendo isenções e incentivos.

"O governo está em uma situação complicada. Lembrando que ele continua pagando uma despesa com juros muito elevada. Tem de olhar para o fiscal não só do ponto de vista primário, mas também com o resultado nominal."

Quanto à ausência de referência à incerteza fiscal no **comunicado** do Copom, Marconi levanta algumas hipóteses. Uma delas é a mudança na composição da diretoria do BC, com a chegada de Gabriel Galípolo e Ailton Aquino, os primeiros indicados pelo governo Lula, que estrearam no Copom nesta semana.

O tema pode ter sido alvo de discordância entre os membros, o que costuma ser expressado só na ata da reunião, que será publicada na terça (8). O **comunicado**, diz o BC, tem a função de expressar apenas opiniões de consenso.

Outra possibilidade, segundo ele, seria o desejo de fazer um aceno mais enfático a Haddad. "Do ponto de vista político, pode ter sido uma levantada de bandeira branca", diz.

Vinícius Torres Freire O colunista está em férias.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50358&maxTouch=0&anchor=6481117&pd=790239ff5ec9d440bbc5235c5bbc0803>

Mesmo com corte da Selic, país é líder mundial em juros reais

KARLON AREDES, Ana Paula Branco

BB anunciou redução de juros do consignado de 1,81% para 1,77% ao mês

O Brasil mantém a liderança de maior taxa de juros reais do mundo, mesmo com o corte de 0,5 ponto percentual na Selic para 13,25% ao ano, promovido pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, na última quarta-feira. Chamam-se "juros reais" quando se desconta a **inflação** sobre a taxa.

Segundo levantamento da MoneYou, em parceria com Infinity Asset Management, o Brasil empata com a Colômbia na quarta posição de juros nominais no mundo (quando não se desconta a **inflação**). Esse ranking é liderado pela Argentina, com taxa de 97%.

Antes mesmo da última reunião do Copom, a MoneYou já indicava que o Brasil lideraria o ranking de juros reais com corte de 0,25 p.p ou 0,5 p.p. "Aos 13,5% ao ano e uma combinação de menor projeção de **inflação** em 12 meses, o Brasil reforça a primeira colocação no ranking mundial de juros reais, preservando o pódio pela sétima reunião consecutiva e acima de Hungria, México, Colômbia e Chile, este último com um corte recente agressivo.

FOCUS. A taxa real de juros é uma combinação de **inflação** projetada para os próximos 12 meses, via coleta do relatório Focus do Banco Central de 4,07%, e a taxa de juros DI a mercado dos aproximados próximos 12 meses no vencimento mais líquido (outubro de 2024). O Brasil mantém a primeira colocação, em qualquer cenário, seja de corte de juros de 0,25 p.p. ou 0,5 p.p.", disse o relatório.

Como o corte foi de 0,5 p.p., os juros reais no Brasil foram para 6,68% ao ano. Na segunda colocação, aparece o México, com 6,64% de juros reais (descontada a **inflação** projetada para 12 meses), seguido pela Colômbia (6,15%).

Segundo a MoneYou, o movimento global de políticas de aperto monetário continuou a ganhar força, com o aumento expressivo no número de Bancos Centrais sinalizando preocupação com a **inflação**, mesmo com a queda do preço de commodities. Segundo o levantamento, nas últimas reuniões do BCs, "entre 176 países, 59,09% mantiveram os juros, 31,82%

elevaram e 9,09% cortaram. No ranking, entre 40 países, 40% mantiveram, enquanto 52,50% elevaram as taxas e 7,50% cortaram".

BB. O Banco do Brasil anunciou redução nas suas taxas de juros, com foco no empréstimo consignado do **INSS**. Os juros do consignado caíram de 1,81% ao mês para 1,77% ao mês, na faixa mínima, e de 1,95% ao mês para 1,89% ao mês no patamar máximo. Segundo o banco, também houve corte em empréstimos para pessoa jurídica e micro e pequenas empresas, conforme o relacionamento dos clientes com o banco estatal.

Entidade

Cortes. ACNI elogiou a redução da Selic. mas pede cortes maiores nas próximas reuniões, já que os juros ainda estão em níveis que desestimulam produção e consumo.

Queda da taxa demora a chegar ao consumidor

A redução na taxa básica de juros, a Selic, que caiu para 13,25% ao ano, terá efeito para quem busca compras a prazo, financiamento de carros e usa o rotativo do cartão de crédito. A medida também pode afetar o crédito consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). E também altera a renda fixa.

Segundo Miguel José Ribeiro de Oliveira, da Associação Nacional de Executivos de Finanças (Anefac), há um deslocamento grande entre a Selic e as taxas de juros cobradas aos consumidores - que na média da pessoa física atingem 126,26% ao ano. A variação entre as duas pontas, diz, é de mais de 800%.

Quanto menor a Selic, mais em conta fica para o consumidor pegar crédito. Mas a queda nos juros de empréstimos e financiamentos demora a chegar ao bolso porque outros elementos influenciam o custo das prestações, como risco de inadimplência e política monetária.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Brasil é líder em ranking de juros real, apesar da redução da Selic

Mesmo com a redução da Selic, a taxa básica de juros, anunciada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) nessa quarta-feira (02/08), o Brasil ainda é líder no ranking mundial de juros reais. A taxa saiu de 13,75% para 13,25% ao ano. Isso porque o juro real no país está em 6,68% ao ano, valor próximo ao do México (6,64%) e da Colômbia (6,15%). O quarto colocado no ranking elaborado pelo Portal MoneyYou também é um país latino-americano, o Chile, com 4,6% ao ano.

A taxa Selic é a referência para os demais juros da economia, pois trata-se da taxa média cobrada em negociações com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, registradas diariamente no Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os cálculos consideram a diferença entre a taxa de investimento no contrato Depósito Interbancário de um ano, descontada a **inflação** de 4,07% projetada para os 12 meses à frente coletada na pesquisa Fo-cus do BC, com cerca de 100 economistas.

Ao comentar sobre a decisão do BC de reduzir a taxa de juros, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que hoje o país acordou mais aliviado. O ministro também observou que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, deu o voto de minerva e desempatou o placar em favor de uma redução maior, de 0,5 ponto percentual. Isso foi necessário porque parte menor da diretoria votou por um corte menor dos juros, para de 0,25 ponto, para 13,50% ao ano. "Os debates que aconteceram foram técnicos", acrescentou Haddad.

Em termos nominais, as maiores taxas ao ano coletadas pelo portal são as da Argentina (97%), Turquia (17,5%), Hungria (15%), Brasil e Colômbia (ambos com 13,25%), México (11,25%) e Chile (10,25%).

Entre as grandes economias, os Estados Unidos estão com juro real de 1,82% ao ano, seguido da China (1,67%), e do Reino Unido (2,36%). Nos países da Zona do Euro, a taxa real está próxima de 1,5% ao ano. Apenas cinco países possuem juro real negativo: Suécia (-0,03%), República Tcheca (-1,86%), Hungria (-1,89%), Polônia (-6,05%) e Argentina (-28,53%).

"O movimento global de políticas de aperto monetário continuou a ganhar força, com o aumento expressivo

no número de BCs sinalizando preocupação com a **inflação**, mesmo com a queda do preço de commodities", diz o levantamento do Portal MoneyYou.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/04-08-2023-edicao24625/>

Redução da Selic faz bancos reduzirem taxas

Agência Brasil

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,5 ponto percentual, motivou os bancos públicos a se apressarem em anunciar taxas menores no empréstimo consignado. O anúncio do Copom ocorreu no final da tarde da quarta-feira (2). Pouco depois, Caixa Econômica e Banco do Brasil divulgaram comunicados.

A Caixa divulgou a redução de 1,74% para a partir de 1,70% ao mês nas taxas de juros do crédito consignado para beneficiários e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O Banco do Brasil, por sua vez, reduziu taxas nas linhas de crédito consignado e automático, entre outros.

A exemplo da Caixa, o BB reduziu os juros do consignado do **INSS**. Nesse caso, taxa caiu de 1,81% ao mês para 1,77% ao mês, na faixa mínima, e de 1,95% ao mês para 1,89% ao mês, no patamar máximo.

"A queda da taxa de juros no país está apoiada em condições positivas, construídas ao longo de todo o primeiro semestre deste ano. Elas possibilitam crédito mais barato para as famílias e para as empresas - especialmente as MPE (micro e pequenas empresas) - o que nos permite vislumbrar perspectivas de ainda maior dinamismo da economia, com mais crescimento e geração de empregos", disse a presidente do Banco do Brasil, Taciana Medeiros.

Rita Serrano, presidente da Caixa, também manifestou otimismo com o cenário. "A medida contribui com a organização das finanças dos clientes, em conjunto com as atuais ações vigentes do banco de negociação de dívidas, e para o crescimento da economia do país".

Em sua decisão, o Copom indicou que a Selic continuará a cair, amparada pela redução da **inflação**. Segundo **comunicado** do comitê, seus membros preveem cortes de 0,5 ponto nas próximas reuniões. A redução anunciada foi a primeira após três anos.

A última vez em que o BC tinha reduzido a Selic havia sido em agosto de 2020, quando a taxa caiu de 2,25% para 2% ao ano. Depois disso, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis, e, a partir de agosto do ano passado,

manteve a taxa em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas.

Site: <http://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/>

Banco privado adota cautela na redução de juro após Selic cair

Vinicius Barboza

Bancos privados adotaram cautela na redução das taxas de juros oferecidas a pessoas físicas e empresas. O movimento ocorre após a decisão do Copom, que baixou a Selic para 13,25% ao ano -o Banco Central vinha mantendo a taxa fixada em 13,75% ao ano desde agosto de 202a.

A Folha consultou 13 instituições financeiras, entre bancos privados, digitais e cooperativas de crédito, sobre o impacto da queda da Selic nos juros bancários. A maioria avalia de forma cautelosa se fará cortes e de quanto será a redução.

Três bancos informaram reduções empate das linhas de crédito. Quatro instituições privadas não alteraram as taxas e ainda avaliam se haverá diminuição e cinco bancos não se manifestaram.

Os bancos públicos Caixa e Banco do Brasil anunciaram cortes nas taxas do consignado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) no mesmo dia da queda da Selic. A Caixa disse que não alterou outras linhas de crédito. Já o BB afirmou que outros produtos para pessoas jurídicas também tiveram redução nos juros.

O Itaú informou que irá repassar a redução dos juros da Selic para sua linha de crédito pessoal. A mudança será válida para a taxa máxima no caso de pessoas físicas que contratarem o serviço a partir desta sexta-feira (4). O banco não detalhou os valores que irão mudar de acordo com o perfil e relacionamento do cliente.

O C6 Bank anunciou que reduziu as suas taxas no parcelamento da fatura do cartão de crédito. A taxa mínima caiu de 5,99% para 3,00% ao mês, condição que já está em vigor.

Até o fim de agosto, o C6 prevê nova redução de juros nessa linha de crédito. A taxa deverá ficar em patamar a partir de 1,99% ao mês. O banco informou que estenderá o prazo para o pagamento da fatura para até 72 meses.

O Banco Daycoval afirmou em nota que fará a redução automática das taxas de juros praticadas em todos os seus produtos de crédito que têm a Selic como base.

É o caso das linhas de capital de giro e contas garantidas. A instituição não detalhou os cortes nas taxas.

O Inter disse que analisa internamente e irá comunicar qualquer alteração em breve. O Bradesco disse que avalia mudanças em suas taxas. Santander e Mercantil disseram que, por ora, não houve alterações nos juros praticados. O BMG disse que não se manifestaria, já que está em período de silêncio devido à divulgação de resultados financeiros.

O PagBank preferiu não se manifestar. Nubank, Pan e Banrisul não responderam.

Entre os bancos públicos, a Caixa disse que, por enquanto, houve alteração apenas na taxa do consignado para beneficiários do **INSS**. Nesta quarta, o banco público anunciou que os juros cairiam de 1,74% para 1,70% ao mês, medida válida a partir desta quinta (3).

O Banco do Brasil anunciou que suas novas taxas entram em vigor nesta sexta. Nos juros do consignado do **INSS**, reduziu de 1,81% para 1,77% ao mês, na faixa mínima, e de 1,95% ao mês para 1,89% ao mês, no patamar máximo. O banco afirmou que também houve corte em empréstimos para pessoa jurídica e micro e pequenas empresas.

Analista da Senso Investimentos, João Frota Salles diz que a inadimplência em níveis ainda elevados é um fator que inibe os bancos privados de reduzirem as taxas de juros mesmo após a queda da Selic. Dados do BC mostram que, a cada R\$ 10 emprestados a trabalhadores formais e informais no microcrédito, R\$ 2 estão com pagamento em atraso há mais de 90 dias.

Luis Miguel Santacreu, analista de risco de instituições financeiras da Austin Rating, lembra que o presidente Lula (PT) tem feito diversas críticas ao patamar elevado do juro.

Por isso, quando a autoridade monetária dá início ao processo de redução da Selic, nada mais natural do que os bancos públicos serem primeiros a dar a largada no processo de queda das taxas, diz.

Colaborou Lucas Bombana

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50358&maxTouch=0&anchor=6481117&pd=790239ff5ec9d440bbc5235c5bbc0803>

Após corte de 0,50 ponto na Selic, Banco do Brasil anuncia redução dos juros

O Banco do Brasil anunciou nesta quarta-feira (2), redução nas suas taxas de juros, em linha com a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC).

O Copom reduziu a Selic em 0,50 ponto percentual (p.p.), levando a taxa básica para 13,25% ao ano.

No BB, essa redução pode chegar até 10 p.p. ao mês, conforme as características da linha e estará disponível para os clientes a partir de sexta-feira (4).

Na pessoa física, os juros estão mais atrativos nas linhas de crédito consignado, automático, salário, benefício, renovação e 13º Salário, com destaque para redução no Consignado **INSS**, de 1,81% ao mês para 1,77% ao mês, na faixa mínima, e de 1,95% ao mês para 1,89% ao mês no patamar máximo.

Na pessoa jurídica/MPE, os descontos serão em títulos, capital de giro, conta garantida e em outros produtos.

As reduções variam de acordo com o relacionamento com os clientes e as consultas poderão ser realizadas já no dia 4 por todos os canais de atendimento do BB.

A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, ressalta que a trajetória de queda da Selic quebra o ciclo de alta da taxa básica de juros no país, iniciado em março de 2021, e promove movimentos ainda mais consistentes para a retomada do crescimento.

"A queda da taxa de juros no país está apoiada em condições positivas, construídas ao longo de todo o primeiro semestre deste ano. Elas possibilitam crédito mais barato para as famílias e para as empresas - especialmente as MPE - o que nos permite vislumbrar perspectivas de ainda maior dinamismo da economia, com mais crescimento e geração de emprego", considera.

"Nossa redução observa boas práticas bancárias. O cenário macroeconômico favorável se soma ainda ao nosso monitoramento permanente das taxas de produtos de crédito, com o propósito de estabelecer sempre as condições mais adequadas para nossos clientes", destaca.

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/edicao->

digital/917/a-gazeta-04-08-2023-em-pdf

PEC da Reforma Tributária chega ao Senado

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD- -MG), recebeu nesta quinta-feira (3) do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/201, que trata da reforma tributária.

O texto foi aprovado em 7 de julho pelos deputados federais e agora passará pela análise e votação dos senadores. Pacheco informou que a PEC 45/2019 será enviada imediatamente à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), único colegiado que irá deliberar sobre o tema no Senado. O senador Eduardo Braga (MDB-AM) é o relator.

Segundo Pacheco, a aprovação da reforma tributária exige urgência e responsabilidade, por ser aguardada há décadas pelo Brasil. "Vivemos um momento em que temos buscado equilíbrio institucional, equilíbrio político, que tem significado uma boa evolução da economia, com boas projeções em relação à inflação, ao desenvolvimento econômico, à valorização da moeda, às nossas reservas e ao crescimento do Produto Interno Bruto. [...] Mas a reforma tributária é de fato a parte principal, estruturante do desenvolvimento econômico nacional, porque vivemos uma realidade tributária muito complexa, muito burocratizada e de difícil compreensão", ressaltou Pacheco, ao lado de Lira, deputados e senadores.

O deputado Arthur Lira destacou que os diversos segmentos da sociedade foram ouvidos durante a discussão da reforma tributária na Câmara e disse acreditar que o Senado fará o aprimoramento necessário ao texto. "[A reforma] é fruto de muito diálogo com a sociedade civil, com a classe produtora. A parte federativa não foi esquecida em nenhum momento. Este é o mister principal do Senado Federal.

Todos os governadores foram consultados e puderam dar suas sugestões." Lira ressaltou, porém, que a matéria é complexa e nem todo mundo fica satisfeito, mas "tem uma espinha dorsal equivalente a um salto de qualidade para um mundo diferente do que vivemos hoje".

Após receber a reforma, o relator Eduardo Braga deve apresentar parecer em um prazo de 15 dias úteis. A CCJ terá 30 dias úteis para emitir parecer.

A perspectiva de Pacheco é promulgar a PEC ainda neste ano. O texto precisa ser aprovado em dois turnos por, pelo menos, três quintos dos senadores (49) para ser promulgado.

Mudanças A primeira fase da reforma tributária tem o objetivo de simplificar a tributação sobre o consumo e evitar cobrança cumulativa de impostos. A principal mudança será o fim de cinco tributos, três deles federais - Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Estes serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a ser arrecadada pela União.

Pacheco recebe de Lira a PEC da Reforma Tributária

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), recebeu ontem do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/201, que trata da **reforma tributária**. O texto foi aprovado em 7 de julho pelos deputados federais e agora passará pela análise e votação dos senadores. Pacheco informou que a PEC será enviada imediatamente à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), único colegiado que irá deliberar sobre o tema no Senado. O senador Eduardo Braga (MDB-AM) é o relator.

Segundo Pacheco, a aprovação da **reforma tributária** exige urgência e responsabilidade, por ser aguardada há décadas pelo Brasil. "Vivemos um momento em que temos buscado equilíbrio institucional, equilíbrio político, que tem significado uma boa evolução da economia, com boas projeções em relação à **inflação**, ao desenvolvimento econômico, à valorização da moeda, às nossas reservas e ao crescimento do Produto Interno Bruto. Mas a **reforma tributária** é de fato a parte principal, estruturante do desenvolvimento econômico nacional, porque vivemos uma realidade tributária muito complexa, muito burocratizada e de difícil compreensão", ressaltou Pacheco, ao lado de Lira, deputados e senadores.

O deputado Arthur Lira destacou que os diversos segmentos da sociedade foram ouvidos durante a discussão da **reforma tributária** na Câmara e disse acreditar que o Senado fará o aprimoramento necessário ao texto. "A REFORMA] é fruto de muito diálogo com a sociedade civil, com a classe produtora. A parte federativa não foi esquecida em nenhum momento. Este é o mister principal do Senado Federal. Todos os governadores foram consultados e puderam dar suas sugestões." Lira ressaltou, porém, que a matéria é complexa e nem todo mundo fica satisfeito, mas "tem uma espinha dorsal equivalente a um salto de qualidade para um mundo diferente do que vivemos hoje". Após receber a reforma, o relator Eduardo Braga deve apresentar parecer em um prazo de 15 dias úteis. A CCJ terá 30 dias úteis para emitir parecer. A perspectiva de Pacheco é promulgar a PEC ainda neste ano. O texto precisa ser aprovado em dois turnos por, pelo menos, três quintos dos senadores (49) para ser promulgado.

MUDANÇAS A primeira fase da **reforma tributária** tem o objetivo de simplificar a tributação sobre o

consumo e evitar cobrança cumulativa de **impostos**. A principal mudança será o fim de cinco **tributos**, três deles federais - Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Estes serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a ser arrecadada pela União.

Dois **impostos** locais também serão extintos: o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), administrado pelos estados; e o Imposto sobre Serviços (ISS), arrecadado pelos municípios. Em troca, será criado o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, dividido em duas partes. Uma delas será o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que unificará o ICMS e o ISS. A outra parte do IVA será a CBS.

As mudanças irão ainda impactar de maneira diferenciada setores da economia e diversos produtos consumidos pelos brasileiros, como cesta básica, remédios, combustíveis, serviços de internet em streaming (transmissão de conteúdos em tempo real). Pela primeira vez na história, haverá medidas que garantam a progressividade na tributação de alguns tipos de patrimônio, como veículos, e na transmissão de heranças.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-08-04>

Pacheco promete celeridade na tributária

Raphael Felice

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** tramitará "imediatamente" na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. O texto foi entregue ao senador, ontem, pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O gesto simbólico foi representado como um pacto entre as duas Casas para que a PEC seja aprovada e promulgada até o fim do ano.

O projeto relatado na Câmara pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) foi aprovado antes do recesso parlamentar.

No Senado, a relatoria ficará com Eduardo Braga (MDB-AM).

Por se tratar de PEC, o parecer precisará de pelo menos 49 votos para ser aprovado.

Em pronunciamento, Pacheco ressaltou avanços econômicos do Brasil ao longo dos primeiros oito meses deste ano.

Ele citou a pacificação das relações institucionais como um ponto importante para o andamento da reforma, que, segundo destacou, é o principal ponto para alavancar a economia.

"A **reforma tributária** é a parte principal estruturante do desenvolvimento econômico nacional.

O trabalho feito foi muito importante para unificar sobre um imposto de valor agregado, que é uma evolução, como muitos países fizeram", disse.

Lira, por sua vez, enfatizou que a "espinha dorsal" do projeto traz melhorias ao sistema tributário, apesar das críticas de governadores.

"Uma matéria como essa, com a complexidade que tem, não agrada todo mundo, mas a espinha dorsal desse projeto não tenho dúvidas de que representa uma melhora muito grande", frisou.

O deputado reforçou a vontade de concluir a votação do texto até o fim do ano. "Não há tempo determinado (para o Senado aprovar). Nós apenas esperamos que a possibilidade de andar, de dialogar, de aprimorar ou de referendar o que foi feito aconteça ainda este ano",

comentou. "Uma reforma que não seja cumulativa, que tenha simplicidade e desburocracia e que tenha segurança jurídica."

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/04/all.pdf>

Senado recebe proposta de reforma tributária e promete votação urgente

Chegou ontem ao Senado a **reforma tributária**, aprovada pela Câmara dos Deputados no início de julho. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira, para receber em mãos a proposta. Pacheco afirmou que a reforma é o principal pilar do desenvolvimento econômico nacional e que o Senado vai iniciar a sua análise com um "senso de urgência".

"Recebemos este documento com um senso de urgência e de responsabilidade. Esse tema é aguardado pelo Brasil há muitos anos e é um pilar estrutural da economia e do desenvolvimento da nossa nação. Nós vivemos uma realidade tributária muito complexa, burocratizada e de difícil compreensão", disse Pacheco

A reforma vai passar primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois pelo plenário. O relator será o senador Eduardo Braga (MDB--AM). A expectativa é que a votação seja concluída ainda neste ano, e Pacheco havia antecipado um prazo de dois a três meses para o trabalho do Senado. Outra tendência é que a PEC não seja "fatiada", ou seja, nenhum tema seja separado do conteúdo principal para votação futura.

Caso o Senado faça mudanças na PEC, ela deverá voltar para a Câmara dos Deputados. Braga já sinalizou a intenção de mexer na possibilidade de os estados criarem novos **impostos**, que incidiriam sobre produtos primários e semielaborados. Esse dispositivo foi uma inclusão de última hora durante a votação na Câmara.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também vai participar da tramitação, promovendo uma série de audiências públicas para aprofundar os debates, mas não vai votar a PEC. Pacheco elogiou o trabalho da Câmara na elaboração da proposta, que incorporou também um texto do Senado. Ele garantiu que o Senado vai fazer a sua parte com "muito zelo" e afirmou que a aprovação da reforma será um triunfo de todo o Legislativo. "Acredito muito que o nosso trabalho vai ser premiado com a possibilidade de promulgação desta emenda constitucional ainda neste ano", avaliou.

A reforma extingue cinco **impostos**, que serão substituídos por um novo imposto de alíquota única. O

novo imposto terá uma parcela gerida pela União e outra pelos estados e municípios.

Site:

<https://www.bemparana.com.br/jornaldoestado/impresso>

PEC da Reforma Tributária chega ao Senado; relator apresenta parecer em 15 dias

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, recebeu nessa quinta-feira (03/08), das mãos do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/201, que trata da **reforma tributária**.

O texto já foi aprovado em 7 de julho pelos deputados federais e agora passará pela análise e votação dos senadores. Pacheco informou que a PEC 45/2019 será enviada imediatamente à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), único colegiado que irá deliberar sobre o tema no Senado. O senador Eduardo Braga é o relator na Casa. Ele deve apresentar parecer em um prazo de 15 dias úteis.

"Vivemos um momento em que temos buscado equilíbrio institucional, equilíbrio político, que tem significado uma boa evolução da economia, com boas projeções em relação à **inflação**, ao desenvolvimento econômico, à valorização da moeda, às nossas reservas e ao crescimento do Produto Interno Bruto. [...] Mas a **reforma tributária** é de fato a parte principal, estruturante do desenvolvimento econômico nacional, porque vivemos uma realidade tributária muito complexa, muito burocratizada e de difícil compreensão", ressaltou Pacheco.

O deputado Arthur Lira, por sua vez, destacou que os diversos segmentos da sociedade foram ouvidos durante a discussão e que acredita que o Senado fará o aprimoramento necessário, muito embora a matéria seja muito complexa. Lira ressaltou, porém, que a matéria é complexa e nem todo mundo fica satisfeito, mas "tem uma espinha dorsal equivalente a um salto de qualidade para um mundo diferente do que vivemos hoje". A perspectiva de Pacheco é promulgar a PEC ainda neste ano. O texto precisa ser aprovado em dois turnos por, pelo menos, três quintos dos senadores (49) para ser promulgado.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/04-08-2023-edicao24625/>

Reforma Tributária e a responsabilidade do Senado (TENDÊNCIAS/DEBATES)

(Artigo)

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Consultora sênior para o Banco Mundial, é professora da FGV, ex-conselheira do Cade e ex-secretária de Economia do Estado de Goiás

Não é segredo que o Brasil convive com baixa produtividade há mais de 20 anos e tem tido crescimento pífio e abaixo do seu potencial (2% a 2,5%). Reformas estruturantes, assim, são necessárias, como a tributária ora em debate.

Depois da reforma da Previdência, em 2019, optou-se por seguir com a tributária e não com a administrativa. Não só isso. A **Reforma Tributária** sobre o consumo foi eleita como a primeira, deixando para adiante as sobre renda, patrimônio e pessoal.

Foi nesse contexto de priorização que, em 2019, o deputado Baleia Rossi (MDB-SP) apresentou a PEC 45, na Câmara, e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) a PEC 110, no Senado. O presidente Jair Bolsonaro (PL) também propôs o projeto de lei 3.887/2020 e o Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda), emendas às duas PECs. Em suma, a PEC 45, aprovada na Câmara no mês passado, foi fruto de inúmeras discussões desde 2019, sendo uma reforma que independe de partido ou governo. Ela pertence ao Brasil e objetiva, sobretudo, melhorar a vida do empresário, aliviando seu bolso, seja com gasto em contenciosos caros, seja em seu tempo, com pagamento de **tributos**.

O modelo do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), constante na PEC 45, destarte, foi o escolhido por ser o mais bem-sucedido no mundo, garantindo a não cumulatividade do imposto, o crédito total ao empresário, a indistinção entre bens e serviços e a transparência para o consumidor acerca do imposto pago. Com a brutal simplificação e desburocratização, haverá redução expressiva dos litígios. Dentre os 193 países da ONU, 174 usam com sucesso o IVA, incluindo China e Índia.

Em estudo publicado em 2020, o economista Bibek Adhikari avaliou 33 episódios de introdução do IVA, substituindo parcial ou totalmente **tributos** cumulativos. O autor identificou um ganho médio de

8% de produtividade nos países que adotaram o sistema. No caso dos países de renda média alta, como o Brasil, o ganho estimado foi bem maior, de cerca de 26% após cinco anos, chegando a 33% após dez anos. Isso sugere que os vários estudos feitos para o caso brasileiro estão subestimando os efeitos positivos da reforma.

É um modelo de arrecadação no destino. A deletéria guerra fiscal, assim, finda. É ilusão achar que esse tipo de batalha traz desenvolvimento sustentável. Estudos acadêmicos e evidências empíricas mostram que o equilíbrio final não gera competitividade às empresas - uma vez que todos os entes reduzem as cargas-, mas deixam os tesouros estaduais desfalcados, muitos convivendo com graves problemas fiscais. No novo modelo, porém, se o chefe do Executivo quiser conceder subsídio às empresas, ele pode. Basta incluir como despesas orçamentárias. Ele também pode fazer o "tax competition", uma competição saudável e comum. Basta impor sua alíquota menor que a de seus pares.

Nesse arcabouço, a autonomia dos entes é garantida, pois, a partir de uma alíquota de referência dada pelo Parlamento, cada chefe de Executivo poderá escolher a sua. Além disso, o disruptivo Conselho Federativo será um mero (ainda que relevante) coordenador entre os entes acerca da uniformização das interpretações e aplicações legais -não sendo um terceiro poder, muito menos tendo a participação da União-; um arrecadador e distribuidor dos recursos entre os entes, seguindo diretrizes previamente expressas em comando legal -sem que possa fazer o que deseja-; um garantidor de créditos aos contribuintes; e um agente que dirimirá questões no âmbito do contencioso administrativo tributário. Além disso, sua equipe técnica será formada exclusivamente por servidores de carreira dos fiscos ou das procuradorias estaduais e municipais. Com harmonização entre entes, e unicidade legal e interpretativa, o maior ganhador é o empresário, que deixa de lidar com 5.600 legislações.

É, afinal, uma reforma com impactos positivos sobre a produtividade e o crescimento. A PEC 45, porém, tem pontos para aperfeiçoar, mas a população está

confiante de que o Senado se dedicará ao tema com afinco e a lapidar. Sua responsabilidade, portanto, é colossal para com os mais de 200 milhões de brasileiros.

[...] É um modelo de arrecadação no destino. A deletéria guerra fiscal, assim, finda. É ilusão achar que esse tipo de batalha traz desenvolvimento sustentável. Estudos acadêmicos e evidências empíricas mostram que o equilíbrio final não gera competitividade às empresas, mas deixam os tesouros estaduais desfalcados

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Consultora sênior para o Banco Mundial, é professora da FGV, ex-conselheira do Cade e ex-secretária de Economia do Estado de Goiás

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50358>

Rico empresta a juros ao Estado o dinheiro que não pagou em tributos - ANDRÉ RONCAGLIA

ANDRÉ RONCAGLIA

O Brasil é um dos países mais desiguais do planeta. O poder econômico se converte em poder político para blindar a riqueza hiperconcentrada. A influência dos ricos sobre a política econômica busca proteger o valor real de seu patrimônio, enquanto a interferência sobre o processo legislativo visa a isenções tributárias e ao alívio da regulação estatal.

A resistência à reforma dos **tributos** indiretos (sobre consumo) revela bem a força desses grupos de interesse, os quais impõem regimes especiais que isentem seus negócios da mordida do fisco.

Mas é na tributação direta da renda e da riqueza que a temperatura sobe. Equilíbrio fiscal com maior justiça tributária exige "colocar o rico no Imposto de Renda". Mexer nesse vespeiro aguça os mais selvagens instintos de autoproteção da turma endinheirada.

Ao ameaçar eliminara isenção dos fundos de investimentos exclusivos, Fernando Haddad desnuda o pilar essencial de uma plutocracia, a saber: os ricos emprestam a juros para o Estado o dinheiro que não pagaram em **tributos**. Parece exagero, mas não é.

A **Receita Federal** divulga anualmente os Grandes Números do Imposto da Renda Pessoa Física (IRPF): uma radiografia do topo da distribuição de renda no Brasil. Recente reportagem de Idiana Tomazelli na Folha mostrou que o acúmulo de lucros e dividendos declarados bateu RS 555,7 bilhões, um crescimento de 44,6% entre 2020 e 2021. Deste total, RS 411 bilhões ficaram nas mãos do 1% mais rico, e RS 117 bilhões, com 0 0,01% no topo. Essa fonte de renda representa 36% do total de rendimentos isentos de IRPF em 2021.

O aumento incomum não foi fruto de um surto de lucratividade das empresas, mas uma reação evasiva à retomada da tributação de lucros e dividendos distribuídos à pessoa física, com alíquota prevista de 15%.

Além de não poupar a saúde do trabalhador nem o meio ambiente, a ganância patológica do velho

extrativismo investe também contra nossas empresas. Caso exemplar desse movimento foi a Petrobras distribuir mais dividendos que todas as empresas juntas em 2022.

Felizmente, para os super ricos que adoram uma "inconsistência contábil"; a proposta de Guedes morreu antes de chegar à praia. Em tempo: O medo do comunismo deve ter motivado o aumento de 34%, entre 2020 e 2021, nas heranças e doações - R\$ 148 bilhões, também isentas de IRPF.

As rendas não tributáveis e aquelas sujeitas à tributação exclusiva representam 95% dos rendimentos do 0,01% mais rico do Brasil. A renda anual das 2.342 pessoas varia de R\$20 milhões a R\$ 22 bilhões. Sim, bilhões! O patrimônio declarado desse grupo soma R\$ 2,33 trilhões (você não leu errado). Esse valor representa 62% da riqueza do 0,1% mais rico e 40% do total detido pelo 1% no topo. Como nem todo patrimônio tem valor de mercado atualizado, esses dados estão provavelmente subestimados. Traduzindo: a concentração de riqueza entre os ricos no Brasil é obscena: uma verdadeira plutocracia!

A dissertação de mestrado de Jonathan Vieira Lopes (Uni Fesp) analisou a progressividade do Imposto de Renda sobre rendimentos do trabalho e do capital. Os mais ricos (R\$4mi-Ilhões por ano) pagaram, em 2020, alíquotamédiade2%so-bre as rendas do trabalho, ante 10,6% de quem ganha entre R\$250 mil eR\$370 mil por ano.

No caso dos rendimentos de capital, os mais ricos pagaram mais **impostos**, mas com uma alíquota efetiva muito baixa (1,98% em 2020); já o fisco arrecadou RS 31 bilhões de um total de RS 3,3 trilhões desse tipo de rendimento.

Enfraquecer a plutocracia brasileira requer ampliar a tributação dos rendimentos do capital. O fim da isenção de lucros e dividendos é o primeiro passo para ter maior justiça tributária e proteger a nossa democracia.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50358&maxTouch=0&anchor=6481117&pd=790239ff5ec9d440bbc5235c5bbc0803>

Isenção federal para compras online entra em vigor

FABYO CRUZ

A isenção federal para o comércio eletrônico com vendas de até US\$ 50 entrou em vigor na última terça-feira (1º). A medida foi celebrada pelos sites de compras, porém tem gerado questionamentos por parte de entidades ligadas ao varejo.

A portaria que estabelece essa isenção foi publicada no final de junho e representa uma mudança significativa nas regras do comércio eletrônico no Brasil.

Em troca da isenção, as empresas deverão entrar no programa de conformidade da **Receita Federal**, regulamentado por uma instrução normativa. A página de comércio eletrônico que aderir ao programa da Receita, chamado de Remessa Conforme, também terá acesso a uma declaração antecipada que permitirá o ingresso mais rápido da mercadoria no país.

Caso as empresas não ingressem no programa, haverá cobrança de alíquota de 60% de Imposto de Importação, como ocorre com as compras acima de US\$ 50. A isenção para compras até US\$ 50 será apenas para **tributos** federais. Todas as encomendas de empresas para pessoas físicas que aderirem ao Remessa Conforme pagarão 17% de Imposto sobre Comércio de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo arrecadado pelos estados.

A cobrança de ICMS foi regulamentada em junho pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne as Secretarias Estaduais de Fazenda, ajuda a resolver as finanças dos estados.

MODELO ANTIGO

No modelo antigo, as remessas de empresas para pessoas físicas do exterior não eram isentas, estando sujeitas à alíquota de 60% de Imposto de Importação. Para encomendas entre US\$ 500 e US\$ 3 mil, também havia a cobrança de ICMS. No entanto, a cobrança era feita raramente sobre mercadorias de pequeno valor porque dependia de fiscalização da **Receita Federal** sobre as encomendas dos Correios.

No modelo antigo, o Imposto de Importação não era cobrado em duas situações.

A primeira é a isenção estabelecida por lei para livros, revistas (e demais publicações periódicas) e remédios. No caso dos medicamentos, compras por pessoas físicas de até US\$ 10 mil são isentas, com o produto liberado somente se cumprir os padrões da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Essas isenções foram mantidas nas novas regras porque são definidas por lei e não podem ser regulamentadas por portaria.

A portaria, no entanto, ampliou a isenção para encomendas de até US\$ 50. O benefício, até agora, só era concedido se a remessa ocorresse entre duas pessoas físicas, sem fins comerciais. Essa isenção, no entanto, gerou problemas porque diversos sites aproveitam a brecha para se passarem por pessoas físicas e evitam o pagamento de imposto.

PRIMEIRA FASE

No fim de junho, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha informado que a isenção representa apenas a primeira etapa da regularização do comércio eletrônico. Segundo o ministro, uma segunda etapa estabelecerá, em definitivo, um modelo de tributação federal para a importação online, mas ele não esclareceu se as compras de até US\$ 50 voltarão a ser tributadas.

De acordo com Haddad, a segunda etapa do que chamou de "plano de conformidade" buscará preservar o equilíbrio entre os produtores nacionais e as lojas online que vendem produtos importados.

A prioridade, destacou Haddad, será impedir práticas de concorrência desleal.

RESISTÊNCIA

Nos últimos meses, Haddad reuniu-se com varejistas estrangeiras de comércio eletrônico e com representantes do varejo nacional. A isenção federal preocupa a indústria e o comércio brasileiro, que alegam competição desleal com os produtos importados e ameaça a postos de trabalho.

Há duas semanas, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) apresentaram um estudo segundo o qual

a medida provocará a extinção de até 2,5 milhões de empregos no segundo semestre. Segundo o levantamento, o varejo demitiria 2 milhões de trabalhadores até o fim do ano e a indústria, 500 mil. As entidades pediram a retomada da taxaçaõ dessa faixa de compra, para evitar prejuízos à economia

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-c4c9f04bae5942afbca7bce668accf75.pdf

Compras ate US\$ 50 sem imposto

Vinicius Barboza

Na última terça-feira (10), começou a vigorar o Remessa Conforme, instituído pelo Ministério da Fazenda. O programa vai regulamentar as compras importadas e cobrar **impostos** na origem, antes do envio das mercadorias para o Brasil. Empresas que aderirem ao Remessa Conforme terão isenção do imposto federal de importação nas compras do exterior abaixo de US\$ 50 (R\$ 237, na cotação atual), o que, na prática, pode tornar o produto mais barato para o consumidor.

A alíquota desse tributo, de 60%, continuará valendo nas compras acima desse limite. A Fazenda estima perda de R\$ 35 bilhões até 2027 devido à isenção. Atualmente, as compras de até US\$ 50 de pessoas jurídicas e físicas são tributadas, mas há isenção de **impostos** nas remessas de mesmo valor feitas entre pessoas físicas.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, também terá mudança. O tributo será recolhido em remessas de qualquer valor, mas agora com uma alíquota fixa de 17%, conforme definido pelo Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz). Antes a alíquota era variável, dependendo do Estado para onde a mercadoria seria enviada.

VALE PRA TODOS. Poderão aderir ao Remessa Conforme, de forma voluntária, empresas de comércio virtual que importam produtos, sejam elas brasileiras ou estrangeiras, como as gigantes Shein, Shopee e Aliexpress.

Tanto a Shein quanto a Aliexpress já informaram que vão aderir ao Remessa Conforme. Para efetuar a adesão, as plataformas terão que cumprir várias regras previstas em portaria publicada na última quarta (26). Veja o quadro abaixo e entenda o que a regra muda para empresas e consumidores.

PRODUTOS

De acordo com dados da **Receita Federal**, diariamente mais de 40 carretas carregadas com produtos de varejistas internacionais saem do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, com destino à central dos Correios, em Curitiba, no Paraná.

CLAREZA

Para a especialista em direito tributário Renata Ricetti, o novo sistema será mais transparente, pois esclarece quais são os **impostos** embutidos no preço. "Vai ao encontro dos princípios da **reforma tributária**, de explicitar o custo da tributação", diz.

Mudança deve agilizar entrega de mercadorias

A nova regra para compras internacionais tem, além do foco arrecadatório, busca agilizar o fluxo das mercadorias e a entrega aos consumidores. Isso porque os itens que estiverem em conformidade com as novas regras seguirão, após serem escaneados, para o chamado "canal verde" da **Receita Federal**, que dispensa exame de documentos e verificação física da mercadoria. De lá, serão enviados ao destinatário.

Já as mercadorias fora dos parâmetros serão encaminhadas ao canal vermelho e passarão por fiscalização detalhada. Dependendo da inspeção, elas poderão ser apreendidas, devolvidas ou liberadas. "O programa vai melhorar o fluxo e o controle dessas mercadorias, que tiveram um crescimento nos últimos anos. Hoje, está muito fácil fazer essas compras internacionais, até porque os preços são competitivos", afirma Renata Ricetti, coordenadora de pós-graduação de direito tributário da Escola Paulista de Direito.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

MP traz inovações no setor de apostas esportivas (Artigo)

DAVI MACIEL

No dia 25 de julho de 2023, uma importante medida provisória (MP) foi publicada, trazendo mudanças significativas na regulamentação das apostas esportivas no Brasil. A MP nº 1.182/2023 altera a Lei nº 13.756/2018, com o objetivo de formalizar esse setor de interesse público, além de abrir uma nova fonte de receita para o Estado e oferecer maior segurança aos apostadores. A principal inovação trazida pela MP é a alteração do conceito de aposta de quota fixa, antes exclusividade da União. Agora, esse serviço público poderá ser explorado por qualquer pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, desde que atenda aos requisitos do edital. Essa mudança visa promover a concorrência e ampliar a participação de diferentes players no mercado de apostas esportivas.

De acordo com dados do site Mktesportivo, o mercado de apostas esportivas no Brasil alcançou R\$ 7 bilhões em 2020, mesmo com a pandemia. Já um estudo da Zion Market Research mostrou que esse segmento deveria crescer 10% ao ano a partir de 2021, atingindo cerca de US\$ 155,5 bilhões em 2024; mesmo sem dados oficiais e atualizados, é certo que o Brasil deixa, e deixou de arrecadar anualmente uma quantia substancial de **tributos** em decorrência da falta de regulamentação desse mercado fato este que irá mudar com

a nova MP.

Com relação à tributação, as empresas de apostas esportivas serão taxadas em 18% sobre o gross gaming revenue (GGR). Esse montante será direcionado para diferentes áreas, como contribuição da **seguridade social**, educação básica, fundo nacional de seguridade pública, ministério do esporte, além de beneficiar os próprios clubes e atletas associados às apostas.

Outro aspecto relevante é a regulamentação e fiscalização do mercado, que passa a ser responsabilidade do Ministério da Fazenda. Essa medida tem como objetivo garantir a transparência e a integridade das apostas, além de proteger os apostadores de práticas ilegais ou fraudulentas.

Para garantir o cumprimento das regras e evitar a atuação de operadores ilegais, a MP prevê punições

severas para as empresas que desrespeitarem a norma. As multas podem variar entre 0,1% e 20% sobre a arrecadação, não podendo ser inferior ao valor da vantagem auferida e nem superior a dois bilhões de reais. Além disso, outras sanções, como suspensão das atividades e proibição de participar de licitações, também estão previstas.

Para garantir a integridade dos eventos esportivos e evitar manipulações de resultados, a MP também exige ações de mitigação de corrupção e mecanismos de segurança por parte do agente operador. Isso busca preservar a integridade do esporte e promover um ambiente de apostas justo e confiável.

No que diz respeito à publicidade, o Ministério da Fazenda terá a responsabilidade de regulamentar as ações nessa área. O agente operador da loteria de aposta de quota fixa deverá promover campanhas informativas e preventivas sobre o jogo patológico, buscando conscientizar os apostadores sobre os riscos envolvidos.

Outro ponto importante é a proibição de operadoras de adquirirem, licenciarem ou financiarem direitos de eventos esportivos no Brasil para transmissão ou exibição. Essa medida visa evitar conflitos de interesses e proteger a imparcialidade dos eventos esportivos, bem como a MP estabelece que os prêmios não retirados pelos apostadores em até 90 dias serão destinados ao Financiamento Estudantil até julho de 2028. Após essa data, os valores não resgatados serão destinados ao Tesouro Nacional.

Em suma, a Medida Provisória das Apostas Esportivas representa uma mudança significativa na regulamentação desse setor no Brasil. A abertura para novos operadores, a fiscalização e a tributação adequada visam proporcionar um ambiente mais seguro e transparente para os apostadores. Entretanto, é fundamental que o Congresso Nacional analise e discuta a MP de forma criteriosa, assegurando que as mudanças beneficiem tanto os envolvidos no mercado quanto a sociedade como um todo. A promulgação dessa medida pode representar uma nova etapa na evolução do setor de apostas esportivas no Brasil.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Mudanças ajudam agenda econômica, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nessa quinta-feira que é a favor de ampliar a base de apoio do governo no Congresso Nacional e avaliou que a **reforma ministerial** que deve ser feita nas próximas semanas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para acomodar partidos do Centrão "vai ajudar a agenda econômica" e dará "mais conforto para o governo". "Temos um presidente da República que é de um espectro político e uma maioria no Congresso que não é", afirmou.

"As pessoas que estão sendo cogitadas [aos cargos dos ministérios e outros órgãos] têm ótima relação com ele", argumentou o ministro, ao ponderar que é Lula quem "governa o país". "[Lula] tem apreço por governar, não terceiriza o governo, é da personalidade dele saber o que está acontecendo", comentou o ministro da Fazenda em entrevista à GloboNews.

Haddad evitou fazer comentários sobre nomes cotados para as pastas e estatais. Quando questionado sobre uma eventual nomeação de Margarete Coelho para a presidência da Caixa Econômica Federal, o titular da Fazenda disse que se dá "muito bem" com a atual comandante do banco público, Rita Serrano, indicada no início do ano, ao enfatizar que "é uma pessoa de carreira" do banco. "Não sei o que o presidente tem na mão", alegou o ministro quando perguntado sobre mudanças na instituição financeira, que é vinculada ao Ministério da Fazenda - Serrano está ameaçada no cargo e tem se mobilizado para continuar na presidência do banco. Margarete Coelho é ex-deputada federal pelo PP, foi vice-governadora do Piauí e, atualmente, é diretora de Administração e Finanças do Sebrae.

Ele também citou a importância de o Congresso aprovar neste ano as medidas para aumentar a receita, de modo a viabilizar a meta de zerar o déficit primário do governo central em 2024. "Projetos de arrecadação precisam ser aprovados neste ano, senão o relator do Orçamento terá de cortar despesas", afirmou Haddad. "Estamos colocando decisão política na mão do Congresso Nacional", completou, ao

falar sobre o risco de "cortar o pobre do Orçamento" em 2024 caso as medidas não sejam viabilizadas. O governo precisa enviar o Orçamento do próximo ano até o dia 31 de agosto.

Ele confirmou que o rol de medidas a ser enviado junto com o Orçamento incluirá regulamentação da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre incentivos fiscais de ICMS e taxaço de fundos exclusivos, conforme antecipou o Valor. O modelo atual, que privilegia os chamados "super-ricos", foi chamado pelo ministro de uma "anomalia" na **legislação tributária** brasileira e de um "paraíso fiscal" dentro do Brasil.

Já estão no Congresso medidas para taxar offshores e apostas esportivas, além do projeto para retornar o voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, órgão administrativo recursal da **Receita Federal**, uma das principais apostas da pasta para elevar a arrecadação - o texto será apreciado pelo Senado neste semestre.

"Vitórias no STJ e no **Carf** estarão espelhadas na peça orçamentária, e tem outras coisas, como taxaço de offshore e fundos fechados", confirmou o ministro. "Taxaço do estoque [dos fundos] será por adesão e fluxo seguirá [normalmente]", explicou.

Sobre os fundos, o titular da Fazenda disse que conversou nesta semana com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e reforçou que enviará a medida via projeto de lei "para facilitar o trabalho" dos parlamentares. Lira, disse Haddad, está contrariado por haver o entendimento de que ele seria contrário à taxaço dos fundos - tradicionalmente, o parlamento não tem dado aval a esta medida.

Já em relação a uma futura taxaço de heranças, Haddad disse que o "mundo inteiro está criando regras" nesse sentido. "A pessoa vai ficando bilionária e não quer pagar nada, inclusive depois da morte. O imposto [para herança] no Brasil é um dos menores do mundo, de 4%", criticou.

Ainda no âmbito da **reforma ministerial**, Haddad disse que não há sentido na tese de que o aumento no número de ministérios impacte no Orçamento da União com aumento de despesas - está sendo cogitado criar novas pastas para acomodar os partidos de centro.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187622?page=1§ion=1>

Regra de fundo exclusivo é anomalia, diz Haddad

Stéfanie Rigamonti

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), confirmou nesta quinta (3) que enviará ao Congresso Nacional neste mês, com a proposta do Orçamento de 2024, os projetos de taxaçaõ dos fundos offshore e dos exclusivos.

Em entrevista à GloboNews, Haddad classificou os fundos exclusivos como "paraísos fiscais dentro do Brasil", e disse que a falta de taxaçaõ desses cotistas representa uma anomalia da legislaçaõ brasileira.

Também conhecidos como fundos dos super-ricos, os fundos exclusivos geralmente possuem um único cotista e são conhecidos pelos investimentos milionários, porque é preciso ter entre R\$ 20 milhões e R\$ 30 milhões para estruturar esse tipo de aplicaçaõ.

Diferentemente dos demais fundos que existem no Brasil, os exclusivos não têm as chamadas "come-cotas", que adiantam periodicamente o recolhimento do Imposto de Renda sobre os rendimentos, mesmo sem o resgate do dinheiro.

Haddad afirmou que a cobrança de imposto dos cotistas desses fundos é uma das ferramentas da equipe econômica para buscar a neutralidade tributária, ou seja, para compensar outras medidas implementadas na **Reforma Tributária** sobre o consumo e do Imposto de Renda.

"As coisas estão indo para o Congresso. Precisam ser aprovadas neste ano porque, senão, o relator do Orçamento vai ter que cortar despesa " declarou o ministro da Fazenda. "Se não colocar o rico no Imposto de Renda, vai ter que tirar o pobre do Orçamento."

De acordo com Haddad, a questão da taxaçaõ dos fundos exclusivos já está pacificada na sociedade, sendo defendida inclusive por uma grande parte dos super-ricos no Brasil. "O mundo inteiro está criando regra para essas pessoas."

Além dos projetos para taxaçaõ dos fundos exclusivos e offshore - aqueles cuja sede está no exterior, embora possam ser geridos do Brasil -, Haddad disse que também serão enviados ao Congresso neste mês projetos para regulamentar as vitórias da União nos

Tribunais Superiores, como no julgamento sobre os benefícios fiscais do ICMS (Imposto sobre Circulaçaõ de Mercadorias e Serviços).

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50358&maxTouch=0&anchor=6481117&pd=790239ff5ec9d440bbc5235c5bbc0803>

Haddad fala de paraísos fiscais dentro do Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), confirmou nesta quinta-feira (3) que enviará ao Congresso neste mês, junto à proposta do Orçamento de 2024, os projetos de taxaçaõ dos fundos offshore e dos exclusivos.

Em entrevista à Globo-News, Haddad classificou os fundos exclusivos como "paraísos fiscais dentro do Brasil", e disse que a falta de taxaçaõ desses cotistas representa uma anomalia da legislaçaõ brasileira.

Também conhecidos como fundos dos super-ricos, os fundos exclusivos geralmente possuem um único cotista, e são conhecidos pelos investimentos milionários, porque é preciso ter entre R\$ 20 milhões e R\$ 30 milhões para estruturar esse tipo de aplicaçaõ.

Diferentemente dos demais fundos que existem no Brasil, os exclusivos não têm as chamadas "come-cotas", que adiantam periodicamente o recolhimento do Imposto de Renda sobre os rendimentos, mesmo sem o resgate do dinheiro.

Haddad afirmou que a cobrança de imposto dos cotistas desses fundos é uma das ferramentas da equipe econômica para buscar a neutralidade tributária, ou seja, para compensar outras medidas implementadas na **Reforma Tributária** sobre o consumo e do Imposto de Renda.

"As coisas estão indo para o Congresso. Precisam ser aprovadas neste ano porque, senão, o relator do Orçamento vai ter que cortar despesa. Se não colocar o rico no Imposto de Renda, vai ter que tirar o pobre do Orçamento." (F P)

Site: <https://opopular.com.br/digital/04-agosto-2023/1o-caderno>

Taxação de fundos será enviada ao Congresso junto com Orçamento

São Paulo - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), confirmou ontem que enviará ao Congresso neste mês, junto à proposta do Orçamento de 2024, os projetos de taxaçaõ dos fundos offshore e dos exclusivos.

Em entrevista à GloboNews, Haddad classificou os fundos exclusivos como "paraísos fiscais dentro do Brasil", e disse que a falta de taxaçaõ desses cotistas representa uma anomalia da legislaçaõ brasileira.

Também conhecidos como fundos dos super-ricos, os fundos exclusivos geralmente possuem um único cotista, e são conhecidos pelos investimentos milionários, porque é preciso ter entre R\$ 20 milhões e R\$ 30 milhões para estruturar esse tipo de aplicaçaõ.

Diferentemente dos demais fundos que existem no Brasil, os exclusivos não têm as chamadas "come-cotas", que adiantam periodicamente o recolhimento do Imposto de Renda sobre os rendimentos, mesmo sem o resgate do dinheiro.

Haddad afirmou que a cobrança de imposto dos cotistas desses fundos é uma das ferramentas da equipe econômica para buscar a neutralidade tributária, ou seja, para compensar outras medidas implementadas na **reforma tributária** sobre o consumo e do Imposto de Renda.

"As coisas estão indo para o Congresso. Precisam ser aprovadas neste ano porque, senão, o relator do Orçamento vai ter que cortar despesa", declarou o ministro da Fazenda. "Se não colocar o rico no Imposto de Renda, vai ter que tirar o pobre do Orçamento."

Segundo Haddad, a questão da taxaçaõ dos fundos exclusivos já está pacificada na sociedade, sendo defendida inclusive por uma grande parte dos super-ricos no Brasil. "O mundo inteiro está criando regra para essas pessoas."

Questionado sobre uma possível resistência no Congresso para aprovaçaõ do tema, o ministro disse que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), com quem se reuniu recentemente, manifestou incômodo por parecer que ele é contrário à medida. Segundo Haddad, pela forma como o assunto é noticiado na imprensa, dá a impressãõ de que Lira não quer

aprovar a matéria. A questão agora, disse o ministro, é apenas impedir que a discussãõ atrase a tramitaçaõ de outras votaçaões mais urgentes, como a **Reforma Tributária** sobre o consumo.

Além dos projetos para taxaçaõ dos fundos exclusivos e offshore-aqueles cuja sede está no exterior, embora possam ser geridos do Brasil-, Haddad disse que também serão enviados ao Congresso neste mês projetos para regulamentar as vitórias da Uniãõ nos Tribunais Superiores, como no julgamento sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre Circulaçaõ de Mercadorias e Serviços (ICMS).

"Tem algumas medidas [que serão enviadas ao Congresso] que são meramente disciplinadoras de decisões dos tribunais superiores. Então, estamos disciplinando para que não haja dúvida sobre a vitória que temos", disse.

Selic - Sobre a decisãõ do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual, para 13,25 %, Haddad disse que o corte veio com uma calibraçãõ correta.

Segundo o ministro, se o início do ciclo de baixa dos juros fosse em maio, até seria mais aceitável um corte de 0,25 ponto, mas agora, em meio a preocupaçaões em relaçaõ à atividade econômica e ao mercado de trabalho, fez sentido uma reduçaõ maior.

Haddad afirmou ainda que a decisãõ do Banco Central foi uma reaçaõ ao reconhecimento que os trabalhos da equipe econômica do governo já têm recebido de agências de classificaçaõ de risco e órgãos internacionais.

"No final do primeiro semestre, tivemos um bom resultado, órgãos e agências internacionais reconheceram, e cabia ao Banco Central dar uma primeira sinalizaçaõ", declarou.

O ministro indicou ainda que o crescimento econômico do Brasil depende da continuidade do afrouxamento da política monetária. "Não vejo como estimular a economia pelo lado fiscal, mas sim pelo lado da política monetária", disse.

Questionado sobre a relaçaõ do governo com o Banco Central, Haddad disse que, apesar de falas mais

acaloradas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nunca foi intenção dele rever a autonomia do BC.

"Lula nunca mencionou isso para mim, nem durante a campanha." Segundo o ministro, "nunca passou pela cabeça" do presidente retroceder em regras aprovadas recentemente no Congresso. (Stéfanie Rigamonti/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Auditorias calculam custos de clientes com reforma tributária

Felipe Laurence De São Paulo

Clientes dos quatro maiores escritórios de auditoria do mundo, Deloitte, PwC, EY e KPMG já estão buscando serviços para fazer uma espécie de "modelagem de custos" com a criação de um novo sistema tributário. O motivo é o ambiente de incertezas sobre o aumento de carga tributária e de como ficará a conversão dos créditos fiscais. As empresas também tentam saber como lidar com o longo período de transição, da forma antiga para a nova tributação. A informação é de sócios das "Big Four" ouvidos pelo Valor.

"Uma das preocupações que ouvimos dos nossos clientes é como eles vão atuar no período de transição da reforma, que será bem longo, de sete anos, com um escalonamento progressivo de **tributos**", diz Carolina Verginelli, sócia de consultoria tributária da Deloitte. "E ainda vão ter que fazer todo um compliance tributário para conviver com os dois sistemas ao mesmo tempo nesta fase", acrescenta.

A proposta de **reforma tributária** foi aprovada na Câmara dos Deputados no início de julho e, agora, está em tramitação no Senado. O novo sistema tributário prevê a substituição de cinco **impostos** federais e estaduais, o IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS, por três **tributos**: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), federais, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), subnacional.

O período de transição, que se inicia no ano de 2026, começa com a implementação do IBS e do CBS, seguida pela extinção do PIS, Cofins e IPI em 2027, redução escalonada do ICMS e ISS a partir de 2029 e implementação plena do novo sistema tributário a partir do ano de 2033.

"Temos visto procura por serviços de modelagem de custos e impacto da variação de carga tributária para saber quais serão os efeitos no negócio", explica Bruna Felizardo, sócia especialista em **tributos** indiretos da EY. Ela diz, contudo, que a ausência da alíquota no novo sistema impede uma modelagem fidedigna do que irá acontecer.

A alíquota do IVA não será definida na Proposta de Emenda à Constituição (PEC), já que os legisladores deixaram o assunto para lei complementar. Bernard Appy, secretário extraordinário da **reforma tributária**,

vem dizendo que esse número deve ficar em torno de 25%.

Caso a alíquota fique nesse patamar, segundo explica Marcus Vinícius Gonçalves, sócio-líder da área tributária da KPMG, irá se confirmar um dos temores dos clientes, que é o aumento na carga tributária, em especial para empresas de serviços e de valor adicionado, como telecomunicações. Já o setor produtivo deve ter uma redução.

"No fim do dia, o projeto caminha para um equilíbrio tributário", diz Gonçalves. "Setorialmente alguns terão benefícios e outros fatalmente verão um aumento de carga, mas, no geral, a aceitação dos nossos clientes ao projeto vem sendo positiva", afirma o especialista.

Em relação à versão da reforma aprovada na Câmara, surpreendeu o número de exceções à alíquota padrão, de acordo com Romero Tavares, sócio de consultoria tributária da PwC. Segundo ele, isso reduz a expectativa de crescimento econômico pós-reforma e aumenta os temores de que a alíquota pode ser maior do que o esperado.

Na visão de Tavares, haverá sobrecarga no período de transição para o novo sistema tributário, "mas há a expectativa de reestruturação das cadeias produtivas para gerar maior eficiência".

Agora, é importante que as empresas comecem a realizar um levantamento de créditos tributários referentes à compensação do PIS, Cofins e ICMS aos quais podem ter direito, orienta Carolina, da Deloitte, já que esse mecanismo será extinto após o fim do período de transição.

"Parece muito tempo até 2032, mas nessas questões de crédito tributário, que dependem do trâmite dos processos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com demora em razão do volume de pedidos, já estamos instruindo as companhias a realizarem esse levantamento para trabalhar em cima deles agora", comenta Carolina.

A devolução dos créditos do PIS e Cofins, para Gonçalves, da KPMG, ficou bem amarrada na reforma e será tudo em curto prazo, mas a sistemática referente aos créditos de ICMS será um problema. "Tem setores com muito acúmulo de créditos que não

vão conseguir usar até 2032 e, inevitavelmente, vão perdê-los", alerta. "Estamos debatendo estratégias com clientes", diz.

Ter um plano de ação bem estruturado para implementar os principais pontos da reforma, reavaliar estruturas de custo e analisar as mudanças sistêmicas que vão acontecer será especialmente importante para as companhias de capital aberto, diz Bruna, sócia da EY. Um choque tributário poderia, eventualmente, impactar o preço de ações na bolsa.

Mesmo que a PEC da **reforma tributária** ainda seja avaliada pelas comissões do Senado Federal, para as firmas de auditoria, poucas mudanças devem ocorrer no projeto que afetem as empresas. Para elas, agora as discussões devem ficar em torno do papel dos Estados e municípios.

"Há que se trabalhar melhor a discussão sobre as possíveis contribuições estaduais, o que na prática seria um novo tributo", afirma o sócio da PwC. "Seria importante o Senado evitar a aprovação desse instrumento para não diluir ainda mais a reforma", acrescenta. "A questão da neutralidade tributária é importante para as empresas."

"Agora, é importante fazer um levantamento dos créditos tributários" Carolina Verginelli

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187622>

Câmara tem dever de restaurar texto da regra fiscal

Por Editorial

A Câmara não pode protelar a votação das mudanças feitas pelo Senado no Projeto de Lei do novo arcabouço fiscal. Os deputados têm o dever de derrubá-las para manter o texto na forma em que foi originalmente aprovado. Congressistas que dizem zelar pelo bem-estar dos brasileiros não têm desculpa para deixá-lo em banho-maria. Mesmo imperfeita, a nova regra fiscal é imprescindível.

A queda dos juros na quarta-feira, a primeira em três anos, foi decidida supondo que o arcabouço seria aprovado. Foi também com base nessa premissa que a agência de classificação de risco Fitch elevou a nota do Brasil na semana passada. Seria um erro prejudicar o bom momento que se vislumbra para trabalhadores e empresários apenas em razão de interesses políticos circunstanciais. A tentativa das lideranças do Congresso de usar a votação do arcabouço como moeda de troca para ganhar espaço na Esplanada dos Ministérios deve ser interrompida.

A velocidade de aprovação das novas regras é crucial. O governo precisa enviar ao Congresso até o final do mês o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do ano que vem. Sem a aprovação do arcabouço, a regra do teto de gastos continuará valendo. Mantida essa situação, será preciso fazer cortes bilionários nas despesas, inviabilizando o Orçamento preparado pelo Ministério do Planejamento.

Até aqui, o trabalho dos deputados tem sido competente. O governo entregou o projeto do novo regime fiscal ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no dia 18 de abril. Exatos 35 dias depois, eles apresentaram e votaram um texto melhor que o original, por endurecer algumas regras de despesas. Antes do recesso, ainda aprovaram a **reforma tributária**, num esforço concentrado que precisa ser reconhecido. Agora, infelizmente o ímpeto parece ter arrefecido. Em vez de marcar a votação, Lira decidiu aguardar o desfecho da **reforma ministerial**. É um equívoco, pois é imperativo que os deputados desfaçam os erros cometidos pelo Senado, onde o projeto foi desvirtuado.

Como foram feitas alterações, o texto voltou à Câmara. A Casa onde um projeto de lei se inicia dá a palavra final sobre seu conteúdo. Pode aceitar ou

rejeitar as alterações. É uma votação simples, restrita ao que foi mudado. Os senadores incluíram vários itens sem cabimento na lista de gastos que não estarão sujeitos aos limites do arcabouço. Também mudaram a base de cálculo da **inflação** e criaram um dispositivo pelo qual o governo **poderá** prever novas despesas com a anuência do Congresso. Quanto mais permissivas as regras fiscais, menor a chance de o novo arcabouço ter o efeito pretendido: estabilizar as contas públicas e conter a explosão do endividamento da União. Por isso as mudanças precisam ser desfeitas.

O Brasil tem há décadas desempenho econômico medíocre na comparação internacional. O padrão da evolução do **PIB** segue o mesmo ritmo vagaroso da aprovação das reformas necessárias para tornar o país mais produtivo e competitivo. Passado o período de maior risco à democracia desde a década de 1980, o país tem a chance de retomar e acelerar uma agenda voltada para o crescimento econômico, com impulsos da renda e do emprego. As lideranças do Congresso precisam ser protagonistas nessa virada. Qualquer **reforma ministerial** é secundária diante disso.

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2023/08/camara-tem-dever-de-restaurar-texto-da-regra-fiscal.ghtml>

Lira define agenda da Câmara, mas deixa regra fiscal de fora

GIORDANNA NEVES IANDER PORCELLA BRASÍLIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), definiu em reunião de líderes a pauta de votação da semana que vem, mas deixou o arcabouço fiscal fora da agenda. De acordo com ele, os deputados ainda precisam discutir as alterações feitas pelo Senado no projeto de lei que substitui o atual teto de gastos e construir consenso antes de colocar a matéria em votação no plenário da Casa. Lira negou que o atraso esteja relacionado à demora do governo em definir as mudanças ministeriais para acomodar PP e Republicanos no primeiro escalão.

Nas próximas duas semanas, segundo Lira, a Casa vai se debruçar em propostas focadas nas crianças e adolescentes.

Ele evitou cravar um cronograma para a apreciação do arcabouço, e disse que os deputados não "pactuaram" com as alterações feitas no texto, salvo a manutenção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) fora dos limites da nova regra para controle das contas públicas.

"Vamos hoje (ontem), amanhã (hoje), segunda e terça discutir com relator e líderes as alterações do Senado para decidir se manteremos ou não o que o Senado fez. Em tese, a Câmara não pactuou nenhum tipo de alteração, a não ser a discussão do fundo constitucional do DF. Nem Fundeb foi pactuado, Ciência e Tecnologia e muito menos a alteração orçamentária", disse Lira. "O governo, nesse caso, fez um texto na Câmara e fez outro no Senado. Nós precisamos discutir esse texto com calma. O prazo é no mínimo até 31 de agosto", emendou.

O arcabouço foi aprovado na Câmara no fim de maio, mas voltou para análise dos deputados após sofrer modificações no Senado.

VAGAS NO MINISTÉRIO. Lira reforçou que o atraso na votação do arcabouço não teria relação com a demora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em acomodar os partidos do Centrão (PP e Republicanos) em ministérios.

"Diferentemente do que foi noticiado, não há nenhum tipo de corresponsabilidade, de relação entre o calendário do arcabouço e possível modificação ou

uma formação mais sólida por parte do governo na sua base parlamentar", afirmou, ao completar que arcabouço e **reforma tributária** são assuntos de interesse do País e "independem de base parlamentar".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lira anuncia FCDF fora do arcabouço

Arthur de Souza, Mila Ferreira

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), confirmou, ontem, em entrevista à TV Câmara, que a retirada do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) do teto de gastos, instituído pelo arcabouço fiscal, é a única mudança acordada com o Senado, isto é, os deputados federais têm o aval do presidente da Casa para votarem a favor da preservação do recurso repassado anualmente pela União à capital do país. O FCDF é destinado à manutenção dos serviços de educação, saúde e segurança pública.

"Em tese, a Câmara não pactuou nenhum tipo de alteração, a não ser o Fundo Constitucional do DF", anunciou Lira, sinalizando positivamente à retirada do recurso do DF do teto de gastos. "O que foi votado na Câmara foi votado com todas as mãos juntas: com a parte econômica do governo, com líderes do governo. No Senado, aconteceu divergência. Os líderes do governo apresentaram outra proposta, então o governo, nesse caso, fez um texto na Câmara e outro no Senado.

Nós precisamos discutir esse texto com calma. O prazo, no mínimo, é até 31 de agosto", complementou o presidente da Câmara.

Lira negou que a postergação da votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2023 - que institui o arcabouço fiscal - tivesse motivação política. "Diferentemente do que foi noticiado, não há nenhum tipo de relação entre o calendário do arcabouço e a possível modificação ou uma formação mais sólida por parte do governo em sua base parlamentar.

O arcabouço e a **reforma tributária** independem da base parlamentar, pois tratamos sempre como pautas prioritárias de Estado", ressaltou. "Teremos reunião essa semana e no começo da próxima com os líderes e o governo com relação às alterações do Senado no arcabouço fiscal", completou.

No início da próxima semana, Arthur Lira deve se encontrar com o relator do PLP 93/2023 na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), e com os líderes para debater o relatório e definir uma data para votação no plenário da Casa. Correligionária do presidente e do relator, a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), também deve participar da reunião.

Ao Correio, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), se mostrou feliz com a fala do presidente da Câmara dos Deputados. Ele creditou o sucesso das negociações à atuação dos parlamentares do DF.

"Trabalho pesado da bancada do DF e, em especial, da vice-governadora (Celina Leão)", apontou. Mesmo assim, Ibaneis ponderou que o momento não é de baixar a guarda. "Ainda não acabou. Temos que ficar bastante atentos até a votação", avaliou o chefe do Executivo local.

Assim como Ibaneis, o também emebedista Rafael Prudente destacou o trabalho da bancada local pelo Fundo Constitucional. "(Essa notícia) é resultado de uma luta, com união, de todos os parlamentares do DF", reforçou.

Questionado se estaria confiante de que o acordo vai ser mantido até a votação no plenário ou se considera que algo ainda pode mudar, o deputado federal disse "acreditar que a palavra do presidente da Câmara é o suficiente".

O emedebista também considerou que ainda existe trabalho a ser feito, apesar da declaração de Arthur Lira. "Até a votação, não tem descanso", ressaltou Prudente.

Justiça à capital A deputada Érika Kokay (PT) também comemorou a declaração do presidente Arthur Lira. "O posicionamento do presidente da Câmara indica que a nossa mobilização em defesa de Brasília está dando resultado. Estamos mais perto de impedir um retrocesso e de obter uma importante vitória, que é garantir que o DF tenha recursos para educação, saúde e segurança", celebrou. "Durante todo esse processo, temos trabalhado diuturnamente com o governo e com conjunto de parlamentares no sentido de manter a atual regra do Fundo Constitucional do DF e fazer justiça à capital da República. Essa é uma pauta de toda a sociedade de Brasília", finalizou a parlamentar.

O deputado Reginaldo Veras (PVDF) disse ter recebido a notícia com alegria, mas também com desconfiança.

"Apesar de o (Cláudio) Cajado costumar seguir as orientações do (Arthur) Lira, só terei plena convicção de que o FCDF está fora do teto fiscal quando eu ler o relatório", disse.

Para a deputada Bia Kicis (PL), a declaração do presidente da Câmara é um "excelente sinal". "No encerramento do primeiro semestre, havíamos conversado com os líderes e eles estavam dispostos a manter o texto do Senado", afirmou Bia. "A bancada toda trabalhou muito tanto a Câmara como no Senado. Houve uma união de todos. É importante ressaltar também a atuação do Executivo local, governador, vice-governadora, secretariado e ex-governadores. Esse esforço concentrado mostrou maturidade por parte de todos os envolvidos.

Foi uma mobilização suprapartidária em favor do DF", acrescentou.

Palavra de especialista

Cada vez mais assegurado

A fala do presidente Arthur Lira, neste momento, indica duas coisas: ele quer destacar o consenso que há em relação à retirada do Fundo Constitucional do arcabouço fiscal, mas que não existe definição para outros temas, como o Fundeb. Então, ao mesmo tempo que podemos enxergar esse discurso de forma positiva, por simbolizar esse consenso, também existem as indefinições sobre outros assuntos, o que pode significar mudanças até o dia da votação que, até o momento, deve acontecer ainda este mês.

Só que essas mudanças, principalmente sobre o FCDF, são bem difíceis.

Até porque há um acordo entre os líderes e, portanto, existe um mínimo a ser respeitado. Mas uma série de outras variáveis estão em jogo, como a composição ministerial pelo presidente Lula. Isso deve interferir, de alguma maneira, na votação do arcabouço.

Com o discurso do presidente Arthur Lira, o ponto relacionado ao Fundo Constitucional está mais assegurado para ficar fora do teto fiscal. É bem difícil que, após a declaração, o deputado volte atrás, apesar de haver essa possibilidade.

Neste estágio da votação, a Câmara vai revisar apenas aquilo que o Senado modificou no texto enviado anteriormente.

O FCDF é um desses pontos e os parlamentares podem, quando a votação for agendada, sugerir que já há um consenso relacionado à retirada do fundo, que isso seja votado de imediato e os outros pontos sigam em discussão, para uma posterior votação. Isso é uma estratégia que os deputados, principalmente do DF, podem utilizar para garantir, de imediato, a retirada do FCDF quando o texto for colocado em pauta pelo

presidente Arthur Lira.

Aryell Calmon, consultor legislativo especialista em estados e municípios

»»Você sabia?

O Fundo Constitucional do Distrito Federal é uma verba da União destinada, anualmente, ao governo do Distrito Federal para ser utilizada nas áreas da saúde, educação e segurança pública.

Foi instituído por meio da Lei nº 10.633/2002, e o recurso começou a ser repassado a partir de 2003.

De acordo com a legislação atual, o valor repassado é corrigido com base na variação da receita corrente líquida da União, de junho a julho do ano anterior. Ou seja, a correção do repasse para 2024 corresponde à variação de junho de 2022 a julho de 2023.

O FCDF tem a finalidade de prover os recursos necessários à organização e à manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), assim como dar assistência financeira à saúde e educação, para execução de serviços públicos.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/04/all.pdf>

Lira afirma que não há data definida para votar o arcabouço

VICTORIA ABEL

Após uma reunião de líderes partidários que terminou sem consenso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que ainda não há data definida para votar o novo arcabouço fiscal. O texto já foi aprovado uma vez pela Casa, mas sofreu alterações no Senado, o que fez com que voltasse para análise dos deputados.

Segundo Lira, os deputados ainda não chegaram a um acordo se confirmam ou rejeitam a maior parte das mudanças. O presidente da Câmara, porém, nega relação entre a data de votação do arcabouço fiscal e a **reforma ministerial**. O presidente Lula ainda não sinalizou aos parlamentares do Centrão quando realizará as mudanças ministeriais que prometeu.

- Não há nenhum tipo de relação entre o calendário do arcabouço e a possível modificação por parte do governo na sua base parlamentar-disse Lira. -Não tem ainda consenso. Eu não posso botar uma pauta que o relator não conversou com os líderes, e que não discutimos ainda as alterações do Senado. Isso é natural, e nós temos prazo. Vamos hoje (ontem), amanhã (hoje), segunda e terça discutir com o relator e os líderes as alterações do Senado.

ACORDO SOBRE FUNDO DO DF

Lira afirmou que os partidos só tinham fechado acordo para manter uma das mudanças do Senado: a que retirou o Fundo Constitucional do Distrito Federal das limitações da nova regra fiscal:

- Em tese, a Câmara não pactuou nenhum tipo de alteração, a não ser a discussão do Fundo Constitucional do DF.

Também ontem, Lira entregou o texto da **Reforma Tributária** aprovado pela Câmara dos Deputados ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Este afirmou que a Casa terá "senso de urgência" para apreciá-lo. Lira pregou diálogo e colaboração e disse que espera referendar a proposta de emenda à Constituição (PEC) ainda neste ano.

- Recebemos esse documento com senso de urgência. Temos buscado o equilíbrio constitucional, desenvolvimento econômico. A **Reforma Tributária** é

a parte principal e estruturante do desenvolvimento econômico -comentou Pacheco.

Pacheco pregou o alinhamento entre Braga e o relator da reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

-Nosso trabalho será premiado com a promulgação da **Reforma Tributária** ainda neste ano-afirmou.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lira: arcabouço não está maduro

Brasília - O projeto de lei do novo arcabouço fiscal continua sem data marcada para votação na Câmara dos Deputados. A reunião de líderes partidários ontem não discutiu o tema, segundo relato de deputados presentes.

O presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), justifica que o tema ainda não está maduro para votação, e enfatiza que tem até 31 de agosto para votar o arcabouço.

"Não tem ainda consenso. Então eu não posso botar (para votar) uma pauta que o relator ainda não conversou com os líderes e que nós não discutimos ainda as alterações do Senado. Isso é natural. Isso é normal e nós temos prazo", defendeu.

O presidente da Câmara fez questão de negar as acusações de que ele estaria condicionando a votação do novo arcabouço fiscal à **reforma ministerial** do Executivo. "O arcabouço, como a **reforma tributária**, independem de base parlamentar porque nós tratamos sempre como pautas prioritárias de Estado", afirmou.

O líder do governo na Câmara deputado federal José Guimarães (PT-CE) minimizou a falta de previsão para votar a matéria. "Tem tempo de sobra para discutir os quatro destaques (do Senado) e não tem crise sobre isso", afirmou.

Lira disse que a Câmara não pactuou com as mudanças do arcabouço fiscal aprovadas no Senado, com exceção da retirada do Fundo Constitucional do Distrito Federal das regras do teto. "Nem o Fundeb foi pactuado, nem ciência e tecnologia foi pactuado, muito menos alteração orçamentária foi pactuada", afirmou.

O presidente da Câmara acrescentou que o governo votou um texto na Câmara e defendeu outro no Senado. "O governo, nesse caso, fez um texto na Câmara e fez outro no Senado. Precisamos discutir esse texto com calma", destacou.

A avaliação de Lira contraria a imagem que os líderes do governo e a equipe econômica tentaram passar durante a votação no Senado. Quando se reuniu com lideranças no Senado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que não defendia qualquer alteração, posição confirmada pelo relator da matéria, o senador Omar Aziz (PSD-AM). Modificações - O Senado, além de retirar o Fundo do DF das regras que limitam as despesas, retirou também as despesas com ciência e tecnologia e com o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), usado para financiar a educação pública brasileira.

O projeto de lei em tramitação na Câmara limita o aumento das despesas primárias da União em até 70% do aumento da receita. As despesas primárias são os gastos do governo excluídos os gastos com a dívida. O novo arcabouço fiscal ainda estabelece metas fiscais com previsão de zerar o déficit público já em 2024.

A nova regra deve substituir o atual teto de gastos aprovado durante o governo de Michel **Temer**, que limitou as despesas à variação da **inflação** do ano anterior, sem levar em consideração o aumento, ou não, da arrecadação do Estado. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Queda da taxa Selic reduz juros de financiamentos, cheque especial e cartão de crédito

Economia

/ Do R7

O corte de 0,5 ponto percentual da taxa básica de juros da economia brasileira anunciada pelo BC (Banco Central) tem potencial para baratear o custo dos financiamentos e reduzir a cobrança do cheque especial e do cartão de crédito.

Após permanecer por 12 meses em 13,75% ao ano, o maior patamar desde 2017, a taxa Selic caiu pela primeira vez em três anos e passa a figurar em 13,25% ao ano pelo menos até a próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), marcada para setembro.

Logo após o veredito, as instituições públicas Caixa e Banco do Brasil anunciaram a redução das taxas de juros para as linhas de crédito consignado para aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Ainda que represente um alívio no bolso dos consumidores, o presidente da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças), Miguel José Ribeiro de Oliveira, avalia que o impacto da redução nas operações de crédito ainda é muito pequeno.

"Existe um deslocamento muito grande entre a taxa Selic e as taxas de juros cobradas aos consumidores que na média da pessoa física atingem 126,26% ao ano, provocando uma variação de mais de 800% entre as duas pontas", destaca ele.

Compartilhe no WhatsApp

Compartilhe no Telegram

De acordo com os dados mais recentes do BC, referentes ao mês de junho, a taxa média de juros do rotativo do cartão de crédito no Brasil é de 437,3% ao ano. Ao mesmo tempo, o que caem no cheque especial têm que desembolsar 133,6% para se livrar

da dívida após um ano.

Com a alteração da Selic, a taxa de juros mensal do cartão de crédito rotativo cai de 14,86% para 14,82%, de acordo com simulação da Anefac. No caso da utilização da modalidade em R\$ 3.000 por 30 dias, o valor final dos juros é de R\$ 444,60, valor R\$ 1,20 superior ao cobrado com a taxa anterior.

Já no caso do cheque especial, o uso de R\$ 1.000 do limite de conta bancária por 20 dias resulta em um custo adicional de R\$ 54,27 com juros mensais de 8,14%. No último ano, quando a Selic figurou em 13,75%, a taxa era de 8,18%, o equivalente a R\$ 54,53 nas mesmas condições.

No caso das solicitações de crédito junto aos bancos, as taxas mensais passam de 4,13% para 4,09%. No caso de um empréstimo pessoal de R\$ 5.000 parcelado em 12 meses, o valor final a ser pago cai de R\$ 6.441,45 para R\$ 6.426,56. Já cada uma das prestações é reduzida de R\$ 536,79 para R\$ 535,55.

Nas financeiras, que têm taxas mais altas, os juros recuam de 7,31% para 7,27% ao ano. O movimento resulta em um corte de R\$ 9,73 no valor total pago pelo empréstimo de R\$ 3.000 pago em 12 parcelas, de R\$ 4.607,64 para R\$ 4.597,91, segundo cálculos da Anefac.

As aquisições no comércio também ficam um pouco menos pesadas no bolso dos que desejam parcelar os valores, com taxa mensal de 5,57% dos juros do comércio, ante cobrança de 5,61% feita anteriormente.

Com a queda, a aquisição de uma geladeira de R\$ 3.000 com pagamento previsto em 12 meses recua R\$ 9,32, de R\$ 4.202,64 para R\$ 4.193,32, com cada parcela estimada em R\$ 349,44, valor R\$ 0,78 mais barato.

Para quem sair em busca de um carro no valor de R\$ 40 mil, a taxa de juros mensal recua de 2,15% para 2,11%. Com a alteração, os cálculos da Anefac mostram que o valor final pago pelos motoristas recua R\$ 679,10 ao final de 60 meses, de R\$ 71.573,23 para R\$ 70.894,14.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/queda-da-taxa-selic-reduz-juros-de-financiamentos-cheque-especial-e-cartao-de-credito-03082023>

Após baixa na Selic, Bolsa cai e dólar avança

Brasília O Ibovespa ensaiou uma recuperação moderada ontem após o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) ter iniciado o ciclo de cortes no juro com ajuste de meio ponto percentual e não de 0,25 ponto. A correção mais visível nos ativos ocorreu na ponta curta da curva de juros, com a decisão de Minerva do presidente do BC, Roberto Campos Neto, em favor dos diretores do Banco Central que optaram por corte inicial mais agressivo. Entretanto, o Ibovespa fechou em baixa de 0,23%. O dólar à vista encerrou em alta de 1,94% também sob impacto da decisão de baixa na Selic para 13,25% ao ano. A moeda americana terminou cotada a R\$ 4,8987, maior valor de fechamento desde 6 de julho. A expectativa era de valorização da Bolsa e do real, o que não aconteceu. O resultado, segundo analistas, pode estar ligado à preocupação do investidor com a divisão entre os integrantes do Copom, já que parte do grupo não votou pelo corte de meio ponto e sim por baixa de 0,25.

"A derrubada dos juros em ritmo superior à expectativa de boa parte do mercado, enquanto os países desenvolvidos mantêm taxas e podem até voltar a apertar a política monetária, prejudica o real", acrescentou o economista- chefe da Frente Corretora, Fabrizio Velloni.

Logo depois do corte na Selic bancos privados começaram a sinalizar baixa nos juros. O Itaú Unibanco informou que hoje mesmo já vai repassar a redução à linha de crédito pessoal.

Com relação aos bancos públicos, a Caixa Federal diminuiu o juro do consignado para aposentados e pensionistas do **INSS**.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, considerou "correta" a calibragem do corte. "As agências de rating e o mundo notaram o resultado. Cobia ao Banco Central dar uma primeira sinalização.

E essa sinalização veio com calibragem correta", reiterou Haddad, acrescentando que um corte de 0,25 ponto poderia ter vindo já na reunião do Copom de maio. Conforme ele, as preocupações com a desaceleração econômica justificam tecnicamente redução mais arrojada do que boa parte do mercado esperava. O ministro assegurou ainda que não está no horizonte nenhuma alteração na banda para o resultado primário do ano que vem, quando a promessa é zerar o déficit fiscal, com tolerância de 0,25 ponto percentual do **PIB** para cima ou para baixo.

Site:

**[https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo
/?flip=acervo](https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo)**

Dólar comercial tem valorização de 1,96%, a R\$ 4,89

LETYCIA CARDOSO

Após o primeiro corte na Taxa Selic em três anos, para 13,25%, o dólar comercial subiu quase 2% ontem, e o real teve o pior desempenho entre 33 moedas. A divisa teve valorização de 1,96%, a R\$ 4,8981.0 Ibovespa, por sua vez, caiu 0,23%, para 120.585 pontos.

A aversão a risco no exterior e a escalada dos juros longos dos títulos do Tesouro americano, depois de a Fitch rebaixar o rating soberano dos Estados Unidos, na terça-feira, levaram à valorização global do dólar. A redução da taxa de juro real (descontada a **inflação**) no Brasil e a perspectiva de um diferencial de juros menor em relação aos países mais desenvolvidos também contribuíram para a desvalorização da moeda brasileira.

Enquanto o Brasil tem conseguido controlar a sua **inflação** e tende, a partir de agora, a reduzir sua taxa básica de juros, EUA e países europeus ainda estão em um momento de aperto monetário. Com taxas de juros maiores que as habituais, essas economias se tornam opções interessantes, quando se considera o retorno oferecido e o risco.

VAREJISTAS CAEM NA BOLSA

Para Daniel Pontes, sócio da Swap Câmbio Capitais Internacionais, se o Banco Central fizer cortes maiores na Selic -de 0,75 ponto percentual, por exemplo -a tendência é o dólar continuar subindo.

-A taxa de juros americana (entre 5,25% e 5,5%) continua elevada para o padrão histórico. E um dos principais fatores do valor do real frente ao dólar é uma operação em que os investidores pegam emprestado em lugares com juros baixos e aplicam em países que paguem bons juros -explica Pontes. -O Brasil ainda é um deles, pois temos uma taxa real de juros muito alta. Mas uma queda expressiva (da Selic) em setembro pode colocar mais pressão no câmbio.

A economista do Banco Ou-rinvest, Cristiane Quartaroli, vê por outro ângulo. O corte de juros, segundo ela, pode ser positivo para a imagem do país, que terá redução de custos de crédito e maior impulso do consumo, sem afastar investidores estrangeiros, já que o Brasil ainda lidera o ranking de taxa de juro real,

com 6,68%. Diego Costa, head de câmbio para Norte e Nordeste da B T Câmbio, diz que, enquanto os juros estiverem em dois dígitos e os indicadores de **inflação** e atividade econômica derem suporte às decisões do BC, o dólar deve se manter abaixo de R\$ 5. No Ibovespa, apesar da queda da Selic, que beneficia a economia real, os papéis das varejistas fecharam em queda. O pior desempenho do índice foi da Via (dona de Casas Bahia e Ponto), que perdeu 8,65%, a R\$ 1,90. A Alpargatas, dona da Havaianas, caiu 5,26%, a R\$ 9,01, e a Magalu perdeu 5,11%, a R\$ 3,16.

Segundo Lucas Carvalho, analista-chefe da Toro Investimentos, houve um movimento de embolso de lucros:

- Muita gente esperava que o Ibovespa fosse subir muito hoje, mas tivemos investidores realizando lucro, sem falar na conexão com o mercado externo.

A Eletrobras também teve queda significativa. As ações ordinárias (ON, com voto) caíram 5,44%, a R\$ 36,33, e as preferenciais (PN, sem voto) recuaram 4,93%, a R\$ 41,04.

-As ações da Eletrobras foram pressionadas por declarações de pessoas ligados ao governo de que as obras de Angra 3 podem ficar fora do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que será divulgado no próximo dia 11. A Eletrobras é sócia da Eletro-nuclear, controladora de Angra 3 - disse Alexandro Nishimura, sócio da Nomos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mercado em ritmo de cautela após Copom

Rosana Hessel Edla Lula

Um dia após o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduzir a taxa básica da economia (Selic) em 0,50 ponto percentual, para 13,25% ao ano, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3), acompanhando o mau humor do mercado externo, encerrou o pregão no vermelho, apesar de iniciar as negociações em alta, após o corte dos juros ter sido maior do que maioria dos analistas esperava.

O otimismo inicial da B3 acabou sendo contaminado pelo mercado externo. Além de o Banco Central da Inglaterra elevar os juros básicos para 5,25% ao ano, o impacto do rebaixamento da classificação de risco dos Estados Unidos pela Fitch Ratings, de AAA para AA+, na terça-feira, ainda está derrubando as bolsas norte-americanas e aumentando os juros futuros dos títulos do governo da maior economia do planeta.

Com isso, o dólar se fortaleceu sobre as moedas de países emergentes, como o Brasil.

O Índice Bovespa (Ibovespa), principal indicador da B3, chegou a registrar a máxima de 122.619 pontos, ontem, com alta de 1,46%, mas fechou com queda de 0,23% a 120.586 pontos. O dólar voltou a subir e chegou ao fim do dia com valorização de 1,94%, cotado a R\$ 4,898 para venda.

Mesmo que o **comunicado** do Copom tenha indicado quedas de meio ponto nas próximas reuniões, as taxas de juros de longo prazo encerraram o dia de ontem em alta. O contrato DI para janeiro de 2027 subiu de 10,085% para 10,135% ao ano, e o DI para janeiro de 2031 saiu de 10,67% para 10,85%.

Analistas ouvidos pelo Correio veem as oscilações de ontem, parte como movimento natural pós-Copom e parte como influência de fatores externos.

"Tem problemas nos EUA, o movimento de fortalecimento do dólar foi sentido em todo o mercado emergente e a curva longa de juros futuros aqui subiu", explicou o economista-chefe da G5 Partner, Luis Otávio de Souza Leal. Ele lembrou que os juros de curto prazo estão em queda.

Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust, também reconheceu que a contaminação do mercado externo acabou invertendo o sinal do Ibovespa. "Vários fundos internacionais de hedge venderam posições robustas no mercado de ações", acrescentou.

"Movimentos naturais"

Embora o fator externo venha estressando o mercado internamente, os analistas veem como natural que haja algum ajuste após o **comunicado** do comitê.

"Esses movimentos de preços financeiros no "day after" da reunião do Copom são sempre muito naturais", avaliou o economista Benito Salomão, professor no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Segundo ele, o próprio mercado já precificava uma queda de meio ponto percentual e, por isso, não houve muita surpresa.

Roberto Piscitelli, professor de finanças públicas da Universidade de Brasília (UnB) e integrante da Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia (Cofecon), concorda que a redução era "mais do que esperada", por isso não acredita que o mercado tenha reagido negativamente à decisão do Copom.

"O que me chamou mais atenção no **comunicado** do BC é que praticamente foi anunciada a redução de meio ponto a cada reunião. Isso foi algo incomum em se tratando de reuniões do Copom", comentou o economista, para quem o que se buscou foi "um certo desafogo e uma distensão em relação a polêmica que se criou em torno do assunto (taxa de juros)". Agora, disse ele, passa a ser "mais palatável" a relação entre o governo e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, indicado por Jair Bolsonaro (PL).

Eduardo Rahal, analista chefe da Levante Investimentos, disse que, ontem, "foi um dia de ajustes das expectativas" dos agentes de mercado como um todo, após o BC ter iniciado o ciclo de baixa de maneira mais arrojada.

"Uma leitura possível em relação aos juros futuros é que o mercado já espera que o próximo presidente do BC seja mais pró-governo e entenda que, mais à frente, ele precisará de doses maiores de juros para frear uma **inflação** que possa vir", completou Rahal.

Questão fiscal

No **comunicado** da reunião do Copom, o Banco Central retirou a preocupação com a questão fiscal, um dos principais motivos para a manutenção da Selic em 13,75% desde agosto de 2022. Essa justificativa,

sempre presente nos comunicados anteriores, fazia a maioria dos analistas apostar em uma alta de 0,25 ponto percentual. Analistas acreditam que essa preocupação segue no radar e não foi retirada da decisão. Eles acreditaram que os riscos se dissiparam um pouco, optando por um ciclo mais arrojado nesse início.

Apesar de o Banco Central informar no **comunicado** que pretende manter o ritmo de cortes nas próximas reuniões, uma redução de 0,75 ponto percentual no fim do ano não está descartada.

Por conta disso, as estimativas para a Selic na última reunião do Copom do ano, em dezembro, poderá ficar em 11,75% ou em 11,50% anuais. E, para 2024, as apostas giram em torno de 9% e 9,25%.

"O Comitê indicou, por unanimidade, que manterá o ritmo de 50 pontos-base nas próximas reuniões, mas não é possível descartar que ocorra aceleração ao final do ano, ou antes. Deve-se notar também que dois dos diretores dissidentes têm mandatos que expiram em dezembro e, caso sejam substituídos, é provável que o comitê se torne um pouco mais dovish. Por ora, alteramos nossa projeção de taxa Selic ao final do ano para 11,75% ao ano, e aguardaremos a divulgação da ata na próxima terça-feira para considerar mudanças adicionais e mais profundas no cenário", destacou Mario Mesquita, economista- chefe do Itaú Unibanco.

O ex-diretor do Banco Central e consultor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, também reconhece que é possível um corte em ritmo mais acelerado nos juros. "Eu acho que não vai ter jeito, a Selic vai fechar o ano que vem em 9%, porque o juro real precisa ficar entre 4% e 5% para voltar a estimular a economia", destacou. Segundo ele, a autoridade monetária vai começar o corte devagar, mas tem que aproveitar enquanto a **inflação** está arrefecendo.

No entanto, Gomes admitiu que há o risco externo de os juros dos países desenvolvidos continuarem subindo. Para ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está "com muita sorte", apesar de o problema fiscal ainda rondar as contas públicas a médio e longo prazos, pois, pelas estimativas do mercado, o governo ainda pode registrar um rombo fiscal de, no mínimo, R\$ 100 bilhões no ano que vem, em vez de registrar o deficit zero previsto na nova meta fiscal do arcabouço que tramita no Congresso.

"O problema mais sério é externo, mas o governo ainda precisa aprovar as reformas fiscais", afirmou Gomes.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/04/all.pdf>

Qual o melhor investimento com a queda de juros

Verônica Aguiar Rodrigo Peret

Após a taxa básica de juros da economia (Selic) sofrer um corte de 0,5 ponto percentual, caindo de 13,75% para 13,25%, especialistas apontam quais investimentos se tomara mais atrativos neste novo cenário, para diferentes tipos de investidores, dos conservadores aos mais arrojados.

Se por um lado os investimentos mais arriscados, como ações na Bolsa de Valores, começam a ficar mais atrativos, por outro, economistas reforçam que a renda fixa ainda é capaz de oferecer rendimentos interessantes.

O destaque vai para os títulos de renda fixa atrelados à **inflação** de prazos mais longos, como o Tesouro IPCA +, conforme o economista Pedro Lang, da Valor Investimentos.

"Os investimentos em renda fixa continuam atrativos. A gente está entrando em um ciclo de queda da taxa básica de juros. Quem tiver disponibilidade, deve alongar prazos com taxas de juros maiores".

O engenheiro econômico e sócio-fundador da Pedra Azul Investimentos Lélcio Monteiro destacou que toda vez que a taxa de juros diminui, há uma mudança na forma de precificar todos os ativos da economia.

"Uma rentabilidade menor se torna menos atrativa. Quando a rentabilidade cai, os investimentos de risco de uma forma geral se torna mais atraentes".

Embora tenham outras variáveis que podem interferir, ele destacou que a tendência é de que a Bolsa de Valores, títulos imobiliários e títulos de **inflação** ganhem terreno.

"De uma forma geral os fundos imobiliários vão se beneficiar. Uma taxa de juros mais baixa mexe diretamente na precificação das cotas dos fundos", disse Lélcio.

A expectativa das instituições financeiras é de que as reduções continuem e que a taxa chegue a 12% ao fim deste ano e a 9,25% no fim de 2024 "A Selic é um sinalizador para o mercado. Quando ela cai, significa que a tendência é de que o crédito fique mais barato", disse o economista Ricardo Paixão.

De acordo com Marcei Lima, Conselheiro do Comitê Qualificado de Conteúdo de Finanças do IBEF-ES, antes de investir as pessoas deveriam buscar especialistas na área para entenderem os riscos envolvidos e tomarem as melhores decisões.

Taxa de financiamento imobiliário pode não cair

Quando a Selic cai, para muitos existe uma expectativa de que a taxa de juros para os financiamentos imobiliários também caiam, mesmo que a médio e a longo prazo. Mas especialistas explicam que o caminho pode não ser este.

"Não necessariamente os juros do financiamento imobiliário vão cair", explicou o economista da Valor Investimentos Pedro Lang.

Ele detalhou que o mercado entende que esse corte na Selic, que é uma taxa de juros de curto prazo, pode gerar **inflação**. Com isso, os juros de longo prazo, como os dos financiamentos, sobem.

A Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC) comemorou o corte na Selic. Ela destacou que muitas empresas dependem de financiamentos para realizar projetos e que a taxa de juros alta culmina em aumento nos custos para a população, além de ser um grande entrave para a criação de empregos e crescimento econômico.

Cenário favorece investidores e mais empregos

A redução da taxa Selic tem uma série de impactos sobre a economia. De acordo com analistas do mercado, à medida que ela for caindo, a tendência é de que os empresários fiquem mais encorajados a investir, já que o crédito fica mais barato.

"Com a redução da taxa Selic, você tem um processo que possibilita a execução de projetos de investimentos, que vai fazer a empresa aumentar produção, abrir filial e isso é uma válvula propulsora para geração de emprego e renda", destacou o economista Ricardo Paixão.

Mas ele ressaltou que a queda na taxa ainda é muito tímida para trazer grandes impactos. "Essas mudanças vão aparecer mais a medida que ela for

caindo", disse.

SAIBA MAIS

Renda fixa para os mais conservadores

Investimentos

OS INVESTIMENTOS devem ser realizados de acordo com o perfil de cada investidor, que envolve valor a investir, tolerância ao risco, preferências, objetivos.

ABAIXO estão alguns investimentos apontados por especialistas como os mais atrativos para diferentes perfis. A renda variável, como bolsa de valores e fundo cambial, é para os mais arrojados. Já a renda fixa, para os mais conservadores.

Bolsa de Valores

QUANDO a taxa de juros cai, oferecendo uma rentabilidade menor para investimentos de renda fixa, os investimentos de risco (renda variável) se tornam mais atraentes. A tendência é que com a queda de juros, as ações na bolsa de valores passem a ter uma melhor performance.

SEGMENTO

EMPRESAS de segmentos como varejo, construção civil, bancos e construtoras tendem a se beneficiar com a queda da taxa de juros e o setor nam mais atrativas.

MENOR VALOR DE MERCADO:

NEM TODA EMPRESA com menor valor de mercado será um bom investimento. É preciso fazer uma análise criteriosa. Mas a queda da taxa de ju -ros acaba beneficiando as empresas que estão nessa situação, já que elas tendem a necessitar mais de financiamento para crescer.

FUNDOS IMOBILIÁRIOS

COM A SELIC mais baixa, os fundos imobiliários de uma forma geral tendem a se beneficiar. Os especialistas destacam os Fundos Imobiliários (FIs) de tijolos. A queda da taxa de juros impulsiona o segmento da construção civil e aumenta a lucratividade e os dividendos nesse tipo de produto.

Fundo cambial

FUNDOS CAMBIAIS EM DÓLAR

PARA os mais corajosos e tolerantes ao risco, há também os fundos cambiais em dólar. O dólar está com preço convidativo. Com a taxa de juros ca in -do

no Brasil e uma tendência de alta do dólar a curto prazo, pode ser uma boa aposta para os investidores.

Tesouro direto

TESOURO IPCA*

MESMO com a queda da taxa de juros, o Tesouro Direto continua sendo uma boa opção de investimento. Na atual conjuntura, os especialistas apontam os títulos de renda fixa atrelados à **inflação** de prazos mais longos. Exemplo: Tesouro IPCA.

ENTENDA: o investidor compra o título cuja data de vencimento é predeterminada. No fim desse prazo, ele recebe o valor que investiu mais os juros. Esses juros são calculados de acordo a taxa IPCA e uma taxa acordada no momento da compra. Os títulos prefixados ainda têm taxas interessantes para investimentos de até cinco anos. Mas essas taxas devem cair com a queda da Selic, com novos cortes.

Entenda como ficam os outros investimentos

RETORNO líquido, no período de um mês, para quem for investir R\$ 1.000 com a Selic a 13,25% ao ano:

POUPANÇA: 0,66%. Investindo R\$ 1.000. Ao fim do mês o consumidor terá: R\$1.006,60.

TESOURO Selic 2026 (pelo tesouro direto): 0,79% / 0,78%. Investindo R\$ 1.000, ao final do mês o consumidor terá: R\$ 1.007,9 / R\$ 1.007,8.

CDE100% do CDI ou fundo Tesouro Selic de taxa zero 0,82% / 0,80%. Investindo R\$ 1.000, ao final do mês o consumidor terá: R\$ 1.008,2/ R\$ 1008.

Fonte: Fortes citadas e pesquisa AT.

Selic em queda mantém fundo imobiliário atrativo

Sérgio Tauhata De São Paulo

O início do ciclo de queda dos juros pelo Banco Central tem trazido questionamentos de investidores em relação aos efeitos da redução da Selic sobre os rendimentos dos chamados "fundos de papel" - as carteiras que alocam recursos em certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Gestores ouvidos pelo Valor avaliam que a categoria tende a continuar atrativa, porque, no médio prazo, mesmo com uma eventual queda de retorno nominal, os FIIs de recebíveis vão voltar a exibir rentabilidade acima de produtos conservadores pós-fixados, como CDBs e Tesouro Selic.

"Hoje vivemos uma situação atípica, com juros [acima de 13% ao ano] e um IPCA que veio negativo em junho e acumula alta de 3,16% em 12 meses", explica o especialista em fundos imobiliários da Suno Research, Marcos Baroni. "Então, um fundo de papel com um retorno médio da carteira de IPCA mais 7%, por exemplo, está com retorno nominal de 10,16%. Ainda que seja um rendimento real [quando se desconta a **inflação**] alto, está abaixo da Selic", acrescenta.

No entanto, Baroni afirma que "em um horizonte de seis a 12 meses, possivelmente, teremos uma equiparação de rendimentos, com tendência de os HIs superarem o CDI". Isso deve ocorrer porque os juros estão em queda, enquanto a **inflação** tende a estar mais elevada do que no momento atual, devido ao efeito estatístico, uma vez que no período entre julho e setembro de 2022 o índice de preços registrou uma deflação sustentada pelos cortes de **tributos** sobre combustíveis.

Nesse cenário, CRIs que pagam a variação da **inflação** mais um "spread", ou seja, um prêmio em relação a ativos considerados livres de risco como o Tesouro IPCA, voltam a exibir retorno nominal mais elevado. Além disso, conforme o ciclo de cortes da Selic avança, os FIIs recheados de papéis indexados à **inflação** tendem a superar o juro pós-fixado.

"Os FIIs de papel passarão, no médio prazo, a entregar rendimentos tanto nominais quanto reais extremamente generosos quando comparados a títulos públicos e CDBs", afirma. "Daqui a 12 meses, quando o CDB estiver pagando 8% ou 9% [ao ano], os

FIIs vão estar pagando 12% ou 13%."

O diretor de investimento imobiliário da Inter Asset, Daniel de Mattos Viana, vê cenário semelhante. "Com juros em trajetória decrescente, a comparação com o mercado fica mais benéfica", diz.

No boletim Focus, do Banco Central, as projeções para o fim de 2023 são de IPCA em 4,84% e Selic a 12%. Para o fim de 2024, a mediana das estimativas do mercado é de IPCA em 3,89% e taxa básica a 9,25%.

Dentro desses cenários, a carteira com retorno médio de IPCA mais 7% alcançaria 11,84%, praticamente se equiparando à Selic de 12% no fim de 2023. No ano seguinte, as posições se invertem. O portfólio alcançaria uma rentabilidade nominal de 10,89%, acima do juro básico de 9,25%.

"Olhando para frente, esperamos uma inversão de patamar de retornos entre os fundos com concentração de papéis indexados à **inflação** e aqueles com predominância de títulos atrelados ao CDI", afirma o líder da área de HIs da ARX, Vitor Frango de Souza.

Além dos rendimentos com dividendos, o ciclo de queda de juros também acaba por impactar o valor das cotas. Mas, nesse caso, o potencial é de ganho de capital. "A tendência é que, com a queda da taxa de juros, os valores das cotas subam também", explica o diretor de FIIs da HSI, Fernando Gadelho. "No geral, os fundos de CRIs vão se beneficiar [da baixa dos juros]. Ainda que os ativos que compõem os portfólios sejam de renda fixa, as cotas vão se beneficiar." Caio Braz, sócio da Urca Capital Partners, pondera que um cenário de **inflação** mais baixa e juro em queda melhora a qualidade dos ativos das carteiras. "Quanto menor a **inflação**, melhor para a qualidade dos ativos, por conta do aumento de renda e da melhora das condições de pagamentos para as empresas. Da mesma forma, uma Selic baixa vai impulsionar o poder de compra das famílias, o que, por sua vez, melhora a qualidade de crédito adjacente para os fundos." Braz enxerga também um cenário de valorização das cotas nos próximos meses, conforme o ciclo de queda de juros avança. "Os preços das cotas vão continuar a se recuperar, porque a tendência da Selic é de baixa. Esperamos que o preço no [mercado] secundário

continue se apreciando." O gestor, no entanto, chama a atenção para riscos que podem surgir no horizonte macroeconômico. "A **inflação** baixou muito porque o câmbio caiu rápido, com o dólar oscilando agora no patamar de R\$ 4,80", pontua. "Mas não temos nenhuma mudança estrutural na economia, estamos dependendo de [resultados positivos na] balança comercial e câmbio. Se o dólar voltar a subir, pode desestruturar o crédito [privado] em geral e afetar os fundos de papel." Em um cenário no qual os juros ainda podem permanecer em dois dígitos até o fim do primeiro semestre de 2024, os investidores devem ser mais cautelosos com os chamados fundos "high yield" - aqueles com predominância de títulos com retorno maior, mas risco elevado. "No primeiro trimestre, o mercado teve eventos de inadimplência em fundos high yield e isso afetou o setor de forma negativa", lembra Viana, do Inter Asset.

Para Gadelho, da HSI, "a crise no início do ano, no fim, ajudou o investidor a entender melhor a diferença de risco entre CRIs "high grade" [de melhor qualidade de crédito] e high yield". Segundo o gestor, alguns fundos high yield chegaram a cair mais de 50% em valor de mercado. Além disso, com o problema de calote em pagamentos de títulos mais arriscados, até mesmo o maior atrativo dessas carteiras - o de ter retorno mais alto - foi apagado nos portfólios afetados.

"Os fundos high yield entregavam um "dividend yield" [retorno com dividendos] maior até o começo do ano, mas agora estão entregando o mesmo nível ou até menor do que as carteiras high grade, devido aos problemas de crédito nos últimos meses", afirma Gadelho. Segundo o especialista, o nível de prêmio pago pelos títulos com mais risco pressiona muito os emissores. Ele aponta que, em média, papéis high grade têm negociado com retornos de IPCA mais 6,5% a 8%, enquanto os high yield pagam IPCA mais 11% a 12%.

"Nos próximos 12 a 18 meses, não vejo espaço para o high yield se recuperar", afirma Frango, da ARX. "O cenário ideal para essa categoria é quando combinamos juros baixos com economia em crescimento alto, mas esse ambiente vai se consolidar mais devagar."

"Com juros em rota decrescente, a comparação com o mercado fica mais benéfica" Daniel Viana

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187622>

Zanin toma posse como ministro do STF

O advogado Cristiano Zanin tomou posse, na tarde de ontem (3), no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A solenidade teve início às 16h20, com a presença dos outros integrantes da corte, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL), respectivamente, e outras autoridades.

A presidente do tribunal, ministra Rosa Weber, deu boas-vindas ao novo integrante e destacou a experiência dele para ocupar a cadeira no órgão. Com a posse, o magistrado deve já participar nesta sexta-feira (4) dos primeiros julgamentos do semestre no plenário virtual do STF.

A sessão desta sexta vai funcionar até o dia 14 de agosto e há 154 processos no plenário e mais 91 para julgamento na Primeira Turma, da qual Zanin faz parte. Ele deve apresentar seus votos nos casos em que o ministro aposentado Ricardo Lewandowski não tenha votado.

Zanin tem 47 anos e ganhou notoriedade durante a atuação na defesa de Lula nos processos da Lava-Jato. É formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e é especialista em litígios estratégicos e decisivos, empresariais ou criminais, nacionais e transnacionais. O advogado também mantém um escritório com a esposa, Valeska Teixeira Zanin Martins, com sedes em São Paulo e Brasília.

INDICADOS

Com a posse de seu ex-advogado no STF, Lula passa a ter, na composição atual da corte, três integrantes frutos de sua indicação. Além de Zanin, os ministros Cármen Lúcia e Dias Toffoli foram escolhidos pelo petista em gestões anteriores. E somando seus três mandatos, Lula já indicou nove nomes - além dos três mencionados - ao Supremo: Eros Grau, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Menezes Direito. (Correio Braziliense)

O novo ministro começa a atuar a partir desta sexta

Lula empossa Celso Sabino no Turismo

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), deu posse ontem(3), em Brasília, ao deputado federal Celso Sabino (UB- -PA) como novo ministro do Turismo.

Ele substitui a deputada federal Daniela Carneiro (UB-RJ), de saída do União Brasil.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, Sabino disse que assume o cargo com a missão de fazer do turismo uma ferramenta de desenvolvimento sustentável, que ajude a alavancar a economia e a melhorar a qualidade de vida do povo. A meta, segundo ele, é atingir a casa dos dois dígitos na contribuição do setor para o Produto Interno Bruto (**PIB**), hoje em 7,8%, e atrair mais turistas estrangeiros ao país.

O novo ministro afirmou que o Conselho Nacional de Turismo foi reformulado e ampliado.

Os 93 conselheiros também tomaram posse ontem e, no próximo dia 19, realizarão a primeira reunião de trabalho.

No mês que vem, Sabino quer apresentar o Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo.

Entre as iniciativas que estarão incluídas, ele citou a ampliação da conectividade entre as companhias aéreas, os investimentos em novos produtos e destinos turísticos, campanhas digitais, qualificação da mão de obra e a melhoria da segurança turística. O governo quer ainda incrementar o fluxo turístico interno com a redução dos preços das passagens aéreas e hospedagem (Agência Brasil)

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2023/08/zanin-toma-posse-como-ministro-do-stf.html>

Juiz do trabalho lança livro sobre os direitos da mulher

O escritor, juiz do trabalho e membro da Academia Paraense de Letras (APL), Océlio de Moraes lança hoje, na sede da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Subseção Santarém, o livro "Proteção do Trabalho da Mulher". O lançamento inicia às 16h e pretende reunir leitores interessados nas conquistas de direitos das mulheres no Brasil. O livro é o primeiro da série "Direitos Fundamentais e Justiça", que a editora LTr (São Paulo) lança, tendo o escritor amazônida como âncora.

A nova obra de Océlio de Moraes reúne os principais princípios normativos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na Constituição Federal de 1988, nas convenções prioritárias e fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e na Constituição Europeia. Algumas das atualidades abordadas são a Lei "empresa mais Mulher", que trata da prevenção do assédio moral e assexual no trabalho; sobre as decisões vinculantes do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 5938 (Proteção da empregada na gravidez e na lactação) e na ADI 6327 (Licença-maternidade a partir da alta hospitalar) e, também, sobre a "Lei-Quadro", na Constituição Europeia, naquilo que se refere aos "direitos da mulher em todos os domínios", dentre outros temas que abarcam os direitos da trabalhadora brasileira.

"É um livro que analisa - a partir dos princípios nas leis e nas decisões dessas instituições - o que o mundo está pensando a respeito da proteção do trabalho da mulher", destaca o autor.

Océlio de Moraes é pós- -doutor em direitos humanos e democracia pela *Ius Gentium Conimbrigae* da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal) e acadêmico perpétuo da Academia Paraense de Letras, da Academia Paraense de Letras Jurídicas e Academia Brasileira de Direito da **Seguridade Social**, da qual foi o idealizador e seu 1º presidente

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-c4c9f04bae5942afbca7bce668accf75.pdf

Lula pressiona por regulamentação para entregadores

Andrea Jubé e Daniela Braun

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer agilidade do grupo de trabalho criado em maio para regulamentar os direitos dos motociclistas - incluindo entregadores ligados aos aplicativos - e motofretistas. Lula abordará o tema no discurso que fará na Assembleia Geral da ONU, em 19 de setembro, quando fará um apelo mundial ao trabalho digno.

Funcionando há pouco mais de um mês, o colegiado de 45 integrantes tem sobre a mesa uma proposta formulada pelos representantes dos trabalhadores, e aguarda a contraproposta dos empregadores. A próxima reunião ocorrerá em 14 de agosto.

Ao Valor, o diretor de Políticas Públicas do iFood, João Sabino - plataforma líder no segmento de entrega de refeições - disse que está aguardando uma posição do governo sobre três pontos considerados essenciais: que o modelo de regulamentação não implique o vínculo empregatício da plataforma com os entregadores; que seja desenvolvido um modelo especial de **previdência social** para a categoria; e que não seja aplicada em relação a esses entregadores a legislação que regulamentou o motofrete.

Sobre o regime de previdência, Sabino argumentou que as plataformas não podem arcar com a alíquota cheia de 27% - base de cálculo prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - se as jornadas são variáveis, e definidas exclusivamente pelos entregadores.

Dados internos do iFood mostram um universo de cerca de 300 mil entregadores inscritos na plataforma. Segundo Sabino, cerca de 70% desses motociclistas (ou ciclistas) realizam jornadas médias de 2 horas, além de prestarem serviço para outras plataformas. Apenas 1,8% deles cumpriram jornada de 44 horas semanais, prevista na CLT.

Sabino acrescentou, ainda, que 65% dos pedidos intermediados pelo iFood são feitos diretamente pelos restaurantes. Nesse cenário, ele ponderou que existe um universo maior de entregadores que sofrem acidentes, que estão excluídos da previdência, que não estão ligados à plataforma. "Se a regulamentação for abrangente, não pode mirar apenas no entregador

do iFood, que responde por 35% das entregas [do aplicativo]", alegou.

O impasse na posição dos trabalhadores e das empresas levou o governo a suspender as reuniões quinzenais dos subgrupos de trabalho de entregadores e motoristas, temporariamente. Nos últimos dias, o Ministério do Trabalho tem realizado reuniões bilaterais com representantes de trabalhadores (sindicatos) e das empresas.

"Há necessidade de termos uma discussão mais técnica e detalhada nas reuniões com o MTE [Ministério do Trabalho] para sermos mais produtivos", explicou ao Valor André Porto, diretor-presidente da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que inclui iFood, Uber, 99 e Amazon entre os associados. "É difícil apresentar uma proposta técnica em um grupo de 45 pessoas", observa.

O Valor apurou que a proposta de cálculo previdenciário das empresas seria de recolhimento de 14% sobre metade do valor do serviço (corrida ou entrega), sendo 70% dos 14% pagos pela plataforma e os 30% pelo prestador de serviço. Em uma corrida por aplicativo com valor de R\$ 100, o cálculo da previdência seria de 14% sobre R\$ 50, o equivalente a R\$ 7. Deste valor, R\$ 4,90 seriam pagos pela empresa e os R\$ 2,10 restantes retidos do trabalhador para o fundo de previdência.

"O governo comentou a possibilidade de inserir trabalhadores de apps em regime geral de previdência, mas não foi proposto", observou o diretor da Amobitec. "É uma alíquota alta, mas paralelamente a essa discussão, precisamos obter essas informações do modelo como um todo: qual a base de cálculo, como seria esse recolhimento e como adequá-lo ao modelo", disse Porto.

Chico Macena, secretário-executivo do Ministério do Trabalho, afirmou que a inclusão dos entregadores no regime de previdência foi proposta na mesa de discussões, ao contrário do que afirmou Porto. Ele também cobrou transparência na apresentação dos dados das plataformas, e disse desconhecer os números citados por Sabino, do iFood.

Sobre a proposta de Sabino, de uma previdência exclusiva para esse segmento, ele argumenta que não

seria "sustentável", e que entraria em rota de colisão com governo e Congresso, que estão alinhados na defesa da saúde fiscal

do Estado. "Não dá pra ter uma proposta pra previdência que implique um subsídio do governo, de onde vamos tirar esse recurso?", questionou. Macena acrescentou que para avançar no debate sobre a base de cálculo da previdência, é preciso avançar na discussão sobre a remuneração mínima.

Para Porto, da Amobitec, a saída ideal seria um salário mínimo por hora proporcional ao tempo de trabalho na plataforma. Na prática, o tempo da rota desde que um motorista ou entregador aceita um pedido até o momento em que finaliza a corrida ou entrega. "É uma forma de abarcarmos diversos modelos de negócios", defendeu.

Na Califórnia (EUA), além do pagamento de um salário mínimo por hora proporcional ao tempo de deslocamento trabalhado, a regra aplicada para plataformas desde março inclui um percentual adicional para cobertura de custos de manutenção e um valor extra por quilômetro rodado, considerando quem nem todas as entregas ou corridas serão próximas.

Paralelamente, o Banco Mundial se propôs a investir em um levantamento amplo do setor, que colabore com o avanço do grupo de trabalho. Procurado pela reportagem, o Banco Mundial informou: "a pesquisa está em fase de preparação, por isso não podemos divulgar informações neste momento. Em breve, será discutida com todas as partes do GT".

Vitor Magnani, presidente do Movimento Inovação Digital (MID), defende o estudo do Banco Mundial, como um suporte ao equilíbrio do setor. "Qualquer novo valor de repasse para motoristas e entregadores precisará de um estudo prévio de impacto no preço final ao consumidor", afirmou. Ele cita como exemplo que o aumento no preço do serviço pode reduzir a demanda do consumidor, comprometendo a renda final dos profissionais. "Por isso, o estudo proposto pelo Governo com o Banco Mundial é tão importante."

Sobre o desejo de Lula de levar esse debate para o discurso de abertura da Assembleia da ONU, em setembro, Macena afirmou que, desde o início, a previsão do ministério era concluir a discussão nesse prazo.

Macena ressaltou, entretanto, que o presidente pretende abordar o tema em sua amplitude: sem se restringir ao problema dos entregadores de aplicativos, e, sim, à proposta de um modelo de trabalho decente para vigorar em todos os países. "Lula quer o fim do

trabalho em condição de escravidão, que não haja trabalho precarizado nas obras do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]", exemplificou.

"Não dá pra ter uma proposta pra previdência que implique um subsídio"

Chico Macena

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187622?page=8§ion=2>

Desemprego e trabalho precarizado - CELSO MING

CELSO MING

A queda do desemprego no segundo trimestre, de 8,8% para 8,0%, traz certos recados para quem acompanha os rumos da economia e do mercado de trabalho no Brasil.

Este é o nível de desemprego mais baixo para o período desde 2014, que aparece numa conjuntura de atividade econômica relativamente frouxa, da qual se esperaria fraca demanda por mão de obra e não esse resultado poderoso.

Além disso, a automação, a digitalização e o comércio eletrônico são grandes desempregadores de pessoal, como pode ser avaliado no setor bancário e no comércio varejista.

É preciso entender as explicações para esse fato, surpreendente apenas nas aparências. O agronegócio vem avançando como gerador de empregos. No primeiro trimestre de 2023, a população ocupada no setor somou 28,1 milhões de pessoas, 27% do total de ocupações.

Certos analistas de pensamento voltado para o passado continuam propalando que o agro tem baixa propensão a contratar pessoal. Não conseguem enxergar que as áreas de apoio à agropecuária, como armazenamento, transporte, assistência técnica e serviços pessoais, criam enorme quantidade de postos de trabalho. A demanda não é apenas de tratoristas e de operadores de drones, mas também por trabalhadores do setor de serviços (manicures, encanadores, etc.) Mas é preciso compreender que o mercado de trabalho passa por revolução, pela automação, pelo uso de aplicativos e pela terceirização. É fenômeno que se acentuou com a pandemia; não começou com ela.

Muitos argumentam que essa revolução precariza as relações de trabalho. É verdade. A atividade informal continua superior a um terço da força de trabalho; muitos trabalhadores de aplicativos ganham a vida sob baixas condições e o subemprego é cada vez maior.

No entanto, mais precário do que o chamado trabalho precarizado é o desemprego. E este está caindo. Deste ponto de vista - e apenas dele -, a precarização está diminuindo e não o contrário.

A revolução do trabalho que muitos sindicalistas se recusam a ver é um problemão para a condução da política econômica e social. Cada vez mais trabalhadores não recolhem ou recolhem parcialmente a contribuição para a **Previdência Social**.

Como não dispõem de plano de saúde, sobrecarregam o Sistema Único de Saúde (SUS).

São problemas que necessitam de urgente tratamento. O que não se pode fazer é o que têm pretendido tantos sindicalistas e o ministro do Trabalho, Luiz Marinho: tentar enquadrar essas novidades na CLT, como se dos anos 40 até agora nada de substancial no mundo e nas relações empregatícias tivesse mudado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mais de 10 mil vagas para concursos públicos em 2023

FABYO CRUZ

Mais de 10 mil vagas para concursos públicos devem ser abertas no Pará neste segundo semestre de 2023, prevê o governo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad). A abertura dos certames visa fortalecer o quadro de **servidores públicos** e promover uma gestão mais eficiente e qualificada em suas instituições.

As vagas serão distribuídas em diversas áreas como, saúde, educação, segurança pública, assistência social, cidadania, meio ambiente, entre outras. Os cargos a serem ofertados são para os níveis médio e superior, proporcionando, para profissionais de diferentes níveis de escolaridade e especialização, a chance de ascensão na carreira e crescimento profissional.

Entre os concursos mais aguardados estão aqueles para órgãos como a Secretaria de Estado da Saúde do Pará (Sespa), Polícia Militar do Pará (PMPA), Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA) e Secretaria de Estado de Educação (Seduc). Segundo a Seplad, além de suprir as necessidades internas do Estado, a realização desses concursos também traz um impacto positivo na economia local.

"Os concursos públicos são extremamente importantes para o fortalecimento e desenvolvimento de um Estado.

Nosso foco sempre será o bem-estar da população, visto que, assim, temos uma força de trabalho cada vez mais qualificada, o que vai influenciar positivamente na entrega de serviços públicos de qualidade", enfatizou Elieth Braga, titular da Seplad.

Ela reforça, ainda, que a medida representa uma excelente oportunidade para profissionais que estão em busca de estabilidade, além de contribuir diretamente para o crescimento do Estado: "Esta é uma grande chance para quem está em busca da tão sonhada estabilidade financeira e do crescimento profissional. A nossa previsão é que neste semestre, são esperadas mais de 10 mil vagas, contando com a abertura dos editais de três concursos que são muito aguardados: o da PM, com 4.400 vagas; o dos Bombeiros, com quase 1900 vagas; e o da Seduc, com 3000 vagas".

O administrador Maik Lopes está ansioso pelo lançamento do edital da PMPA, ele conta que sempre sonhou em se tornar um policial militar e sua maior motivação é a família.

"Minha principal motivação é a minha família e também o desejo de realizar um sonho. Minhas expectativas são grandes, pois será um concurso muito concorrido, como foi o último, é uma ótima oportunidade para quem deseja ser policial e também servidor público. Essa é a segunda vez que eu vou tentar, na primeira, bati na trave. Espero me tornar um servidor público, ser um policial será muito gratificante, eu acredito que todo o meu esforço e abdicção de muitas coisas vai valer a pena", contou.

Para o recém servidor público, Matheus Ximenes, a realização de concursos é engrandecedora para o Estado, pois garante profissionais qualificados que podem fazer a diferença na sociedade, mas é necessário ter planejamento e foco.

"A sensação de ser um servidor do Estado é de segurança e estabilidade, além de poder fazer parte de um órgão que realmente pode fazer a diferença na sociedade.

O concurso público ainda é a melhor ferramenta de seleção que o Estado pode ter, visto que é uma seleção totalmente impessoal e tem a capacidade de filtrar os melhores candidatos, seja pelo conhecimento técnico, seja pela capacidade psicológica.

O meu conselho, para uma pessoa que está esperando um concurso público, é que se mantenha motivado, estudando, porque um dia a oportunidade aparece para quem se dedica de corpo e alma", contou Matheus.

CONCURSOS PREVISTOS

Fasepa (67 vagas); Sespa (315 vagas); PMPA (4.400 vagas); Seduc (3 mil vagas); CBMPA (1.853 vagas); Ideflorbio (55 vagas) PCPA (237 vagas); Polícia Científica (246 vagas); Imetropará (66 vagas) e Iterpa (112 vagas), totalizando mais de 10 mil vagas.

Os cronogramas detalhados, com os dados de abertura das inscrições e provas, serão divulgados por

meio de editais específicos para cada concurso pelo Governo do Pará, através da Seplad, e pelas bancas vencedoras dos concursos.

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-c4c9f04bae5942afbca7bce668accf75.pdf

A Inteligência Artificial e seu impacto na contabilidade (Artigo)

Lucimara Bortoleto Candiotto GERENTE ACADÊMICA E PROFESSORA

A Inteligência Artificial (IA) tem desempenhado um papel cada vez mais importante em diversos setores, e a contabilidade não é exceção.

A aplicação da IA na contabilidade tem o potencial de melhorar a eficiência, a precisão e a tomada de decisões nessa área. Uma das principais maneiras pelas quais a inteligência artificial está impactando a contabilidade é por meio da automação de tarefas repetitivas e de baixo valor agregado, como o caso de conciliações, por exemplo.

Com o uso de algoritmos e tecnologias, como o OCR, é possível automatizar a entrada de dados contábeis, como faturas e recibos, diretamente nos sistemas contábeis.

OCR (Optical Character Recognition) ou Reconhecimento Óptico de Caracteres é uma tecnologia que permite converter imagens de texto em texto digital editável. O OCR utiliza algoritmos complexos para reconhecer e interpretar os caracteres presentes em uma imagem ou documento escaneado. Isso reduz o tempo gasto nessas tarefas manuais e minimiza o risco de erros.

Outra aplicação da IA na contabilidade é a análise de dados. Com a capacidade de processar grandes volumes de dados em tempo real, os sistemas de IA podem identificar padrões, tendências e anomalias nos dados contábeis. Isso permite uma análise mais precisa e uma visão mais completa da situação financeira de uma empresa.

Além disso, a IA também pode ser usada na detecção de fraudes.

Os algoritmos de processamento da máquina podem identificar padrões suspeitos nos dados contábeis e alertar os profissionais de contabilidade sobre possíveis fraudes. Isso ajuda a proteger as empresas contra perdas financeiras e a garantir a integridade dos registros contábeis.

No entanto, é importante ressaltar que a IA na contabilidade não substitui totalmente os profissionais humanos. A tecnologia é uma ferramenta poderosa

que pode auxiliar na realização de tarefas, mas a interpretação dos resultados e a tomada de decisões ainda exigem o conhecimento e a experiência dos contadores. O contador precisa estar atualizado com essas ferramentas e fazer o melhor uso possível delas, uma vez que através da IA seus processos burocráticos e antes trabalhosos tendem a ser mais ágeis e confiáveis. Dessa forma, esse profissional pode se dedicar à análise desses dados e atividades de consultoria que direcionam para tomadas de decisão.

Os processamentos de **tributos**, análises de inadimplentes/devedores, emissão de declarações e certidões em tempo real, são exemplos claros de como a tecnologia evoluiu e tem auxiliado os processos contábeis. A abertura de uma nova empresa que alguns anos atrás levaria dias agora pode ser realizado em um único dia (com algumas exceções, dependendo da região) devido à agilidade e integração dos sistemas das Prefeituras, Estado e Governo Federal.

Em resumo, a IA tem o potencial de revolucionar a contabilidade, melhorando a eficiência, a precisão e a detecção de fraudes. A automação de tarefas rotineiras libera tempo para atividades mais estratégicas e analíticas, permitindo que os profissionais da área se concentrem em oferecer insights valiosos aos seus clientes ou empregadores. No entanto, é importante lembrar que a IA é uma ferramenta e deve ser usada de maneira complementar ao conhecimento e à experiência dos contadores.

Lucimara Bortoleto Candiotto GERENTE ACADÊMICA E PROFESSORA

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf/20230804>